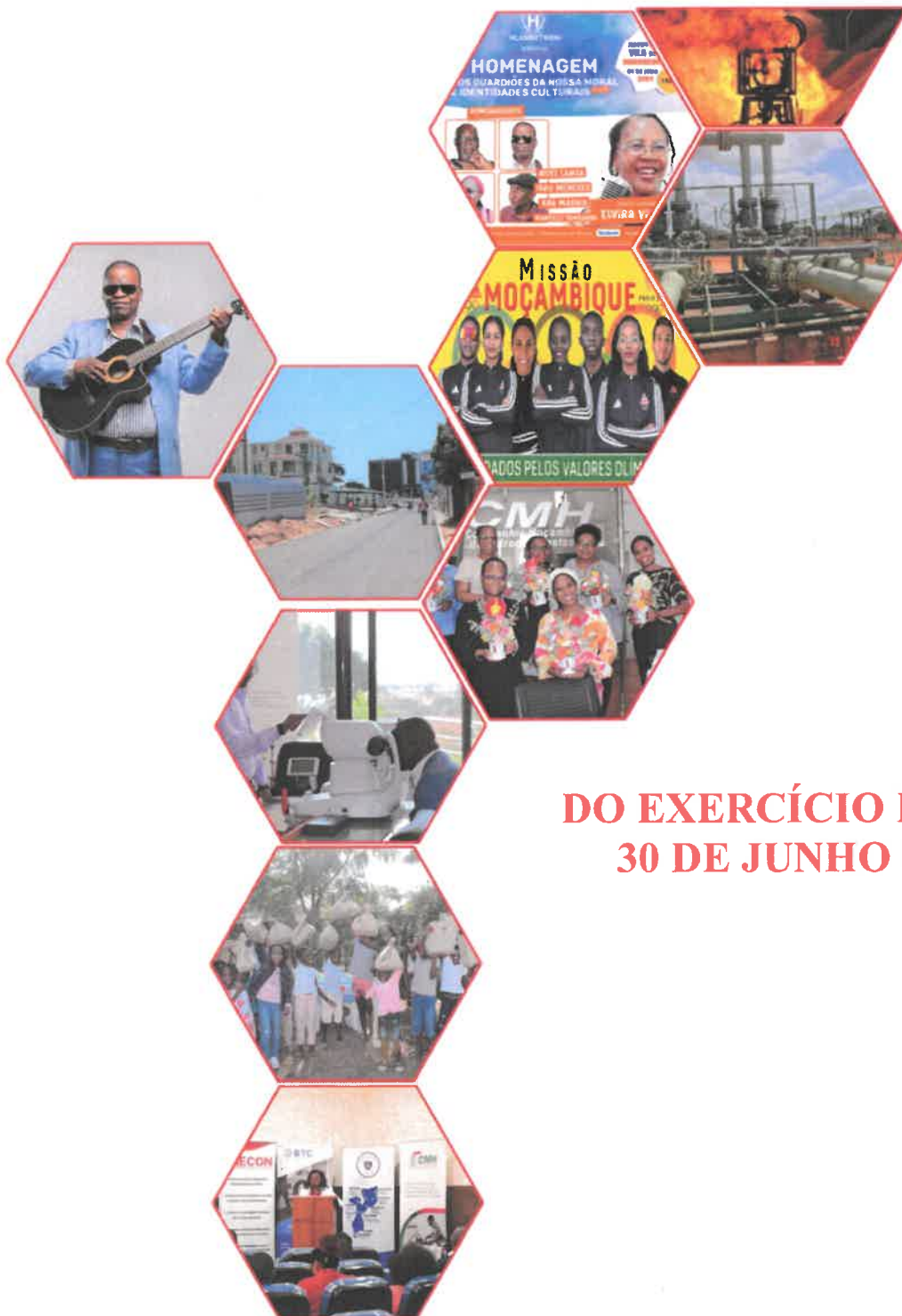




# RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**DO EXERCÍCIO FINDO EM  
30 DE JUNHO DE 2024**

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA**

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 Fax: 21 498262

[www.emh.co.mz](http://www.emh.co.mz)

Maputo, Moçambique

## **Relatório e Contas do exercício findo em 30 de Junho de 2024**

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A**

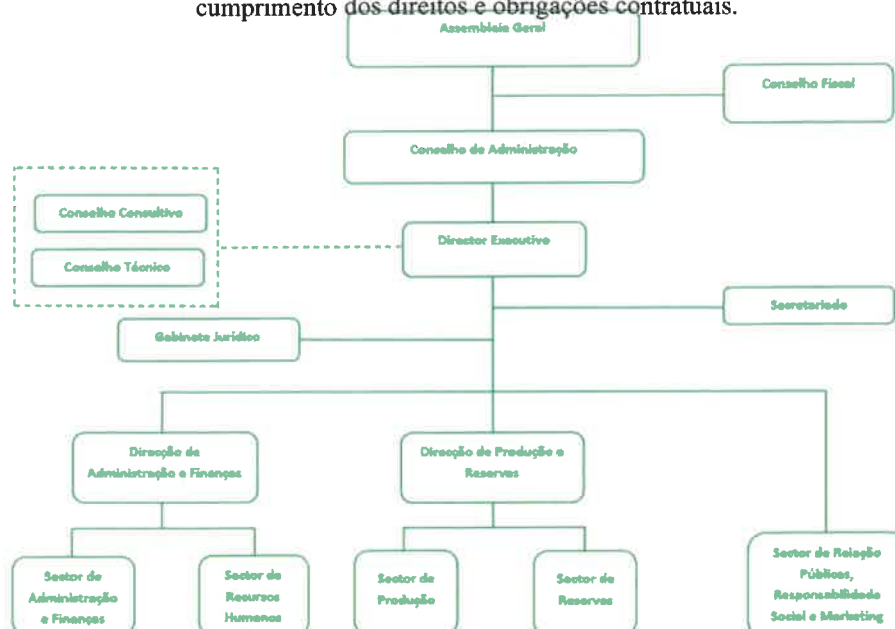
## ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	33
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	34
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	39
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	40
VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	41
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	42
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43

## I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

<b>Nome da Entidade:</b>	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH, SA)		
<b>Número de Registo Comercial:</b>	13 259		
<b>Número Único de Identificação Tributária (NUIT):</b>	400 102 961		
<b>Conselho de Administração:</b>	<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Assembleia Geral:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arsénio Mabote (Presidente do Conselho de Administração)</li> <li>▪ Fernando Faustino (Administrador)</li> <li>▪ Fahim Mahomed (Administrador)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Miquelina Menezes (Presidente)</li> <li>▪ Bruno Munguambe (Primeiro Vogal)</li> <li>▪ Filipe Masquil (Segundo Vogal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manuel Mazuze (Presidente)</li> <li>▪ Maria Uache (Secretária)</li> <li>▪ Iolanda Matsinhe (Secretária)</li> </ul>	
<b>Director Executivo:</b>	Joaquim Veríssimo		
<b>Estrutura Accionista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)</li> <li>▪ Governo de Moçambique (20%)</li> <li>▪ Investidores Privados Nacionais (10%)</li> </ul>		
<b>Capital Social:</b>	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)		
<b>Número de Acções:</b>	5 934 115 (593 411 acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)		
<b>Audidores:</b>	KPMG Auditores e Consultores, S.A.		
<b>Bancos:</b>	Standard Bank South Africa, Standard Bank Moçambique, ABSA Mozambique Lda, FNB Moçambique, Millennium BIM, BCI, MOZA, Nedbank, Letshego e Bayport.		
<b>Endereço:</b>	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique		
<b>País de Constituição:</b>	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.		
<b>Visão da CMH:</b>	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado moçambicano.		
<b>Missão da CMH:</b>	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.		

### Estrutura da CMH:



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em representação do Conselho de Administração da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, aprez-nos apresentar e compartilhar convosco os resultados alcançados e demonstrações financeiras auditadas do exercício financeiro, findo a 30 de Junho de 2024.

Durante o referido período, as nossas operações estiveram condicionadas a vários factores exógenos, num ambiente influenciado pela actual conjuntura geopolítico internacional. A flutuação dos preços das mercadorias de referência no mercado internacional e o declínio das reservas iniciais também influenciaram a nossa actuação. Estes e outros factores, mormente operacionais, com impacto nos volumes de produção do gás natural e o condensado na central de Produção de Temane, tiveram um impacto considerável nos níveis de receitas, se comparado ao exercício financeiro de 2023.

O peso dos investimentos nos orçamentos futuros, terá impacto nas nossas receitas num contexto em que os nossos reservatórios estão em depleção o que poderá impactar a produção de gás natural. Neste contexto, comprometemo-nos a desenvolver e implementar acções de investimento, para sustentar uma produção e fornecimento de gás natural de longo prazo, no âmbito dos compromissos comerciais, ao abrigo dos contratos vigentes.

De mencionar a execução de projectos de furos adicionais (*PEDOP-infill*) e de compressão no âmbito do Programa de Extensão do Plateau e Optimização de Produção (*Plateau Extension and Decline Optimization Programme -PEDOP*), que comportará a execução de 3 novos furos e instalação de 5 compressores adicionais. Estes representam uma grande magnitude em termos de custos de investimentos e riscos na sua implementação para o caso do projecto de compressão de baixa pressão na linha de Pande, pois este ultimo, esta dependente ainda da aprovação do plano de desenvolvimento por parte do governo e a decisão final de investimento por parte dos parceiros, que devem ser alcançados a tempo para não comprometer o beneficio das operações em 2026 e as receitas para o consorcio a partir de 2027.

Para fazer face aos desafios acima mencionados, a CMH assinou uma Linha de Crédito de médio prazo de USD 50 000 000 com bancos comerciais para financiar sua participação no Projecto.

Com efeito, no período em análise, foram feitas várias intervenções programadas de manutenção e de rotina, para melhorar a produção, o que nos permitiu atingir os níveis que apresentamos de forma detalhada nas nossas demonstrações financeiras.

Na verdade, podemos afirmar que, durante este período, alcançamos resultados expressivos em diversas áreas. Investimos em projectos corporativos e sociais, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável do País e das comunidades onde estamos presentes. Também continuamos a implementar iniciativas para garantir o desenvolvimento local, promovendo oportunidades de negócio, privilegiando as entidades de capitais moçambicanos.

No concernente aos nossos recursos humanos, um dos activos intangíveis mais importantes para nós, continuamos a dar muita atenção às necessidades de capacitação e treinamento, com vista a garantir o seu desenvolvimento, face aos desafios da actualidade da indústria. Neste sentido, contamos com o comprometimento abnegado dos colaboradores, sendo necessário garantir a retenção de talentos internos

para o nosso sucesso e sustentabilidade.

Por outro lado, obtivemos progressos significativos na nossa busca pela excelência em segurança, saúde e ambiente, nas operações. Continuamos comprometidos com a transparência, integridade, boas práticas e o combate a negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Publicitamos os nossos relatórios anuais nos mídeas de maior circulação no país e na nossa página da internet.

Ainda que num ambiente operacional de negócios incerto e volátil, continuamos a exercer uma gestão financeira prudente e criteriosa, preparando o portfólio para o futuro e preservando a nossa capacidade de proporcionar um crescimento sustentável. As demonstrações financeiras, reportam um desempenho robusto durante o ano em análise, com um total do rendimento integral de USD 53.605.126, apoiado, em receitas de USD 119.944.911. O EBITDA foi de USD 91.289.154.

No mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as acções da CMH continuaram a ser transaccionadas, durante este ano financeiro, tendo-se verificado uma variação positiva do preço da acção da CMH de 2.600,00 meticais para 4.000,00 meticais, fruto de interacção permanente com os intervenientes no processo.

Antes de terminar, aproveitamos o ensejo para expressar profunda gratidão a todos aqueles que acreditam em nós e que têm apoiado de forma directa e indirecta a nossa empresa.

É neste sentido que endereçamos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos membros do Governo moçambicano, aos nossos accionistas, parceiros, colaboradores, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Continuamos firmes de que o nosso compromisso para com o Estado moçambicano; os accionistas; os colaboradores; parceiros; fornecedores e clientes é inabalável, e a CMH permanece firme na sua missão de impulsionar e moldar um futuro próspero que beneficie a todos.

Maputo, 27 de Agosto de 2024



Arsénio Mabote

Presidente do Conselho de Administração

### III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2024.

#### 1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (SPT), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e condensado é produzido nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano.

Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor.

No AF21, após a suspensão da campanha de perfuração devido ao covid 19, as operações MERIC foram retomadas no AF22, onde o furo Temane-9 foi selado e abandonado (P&A) e o segundo furo horizontal (Pande-28) do PPA foi perfurado e testado com sucesso, com o início das operações (BO) já alcançado.

No AF23, no âmbito da campanha de perfuração MERIC, o furo T-15 foi selado e abandonado, e três novos furos horizontais (P-29, P-30 e P-31) da tranche-2 foram perfurados e testados com sucesso, tendo sido comissionados (BO) em Dezembro de 2022. Esses furos contribuíram com gás adicional que cumpriu com as obrigações contratuais ao abrigo dos GSAs existentes.

No AF24, ainda no âmbito da campanha de perfuração MERIC, foram perfurados e testados com sucesso três novos furos (T-31, T-32 e P-34).



## 2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

### 2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2024, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 101 322 950, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF24	AF23
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	120 488 355	132 779 111
Vendas: Gás Natural	117 163 327	129 326 366
Vendas: Condensado	3 325 028	3 452 745
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 587 333)	(1 371 668)
Receita líquida após royalties	118 901 022	131 407 443
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(17 578 072)	(17 680 249)
<b>Resultados operacional da CMH na operação conjunta</b>	<b>101 322 950</b>	<b>113 727 194</b>

O resultado operacional da CMH na operação conjunta reduziu em 11% em relação ao exercício de 2023 (AF23). A redução é explicada pelo efeito dos baixos preços no mercado internacional, apesar do aumento de vendas em 4%.

## 2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

### 2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2024, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 117,162,500, conforme segue:

#### Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

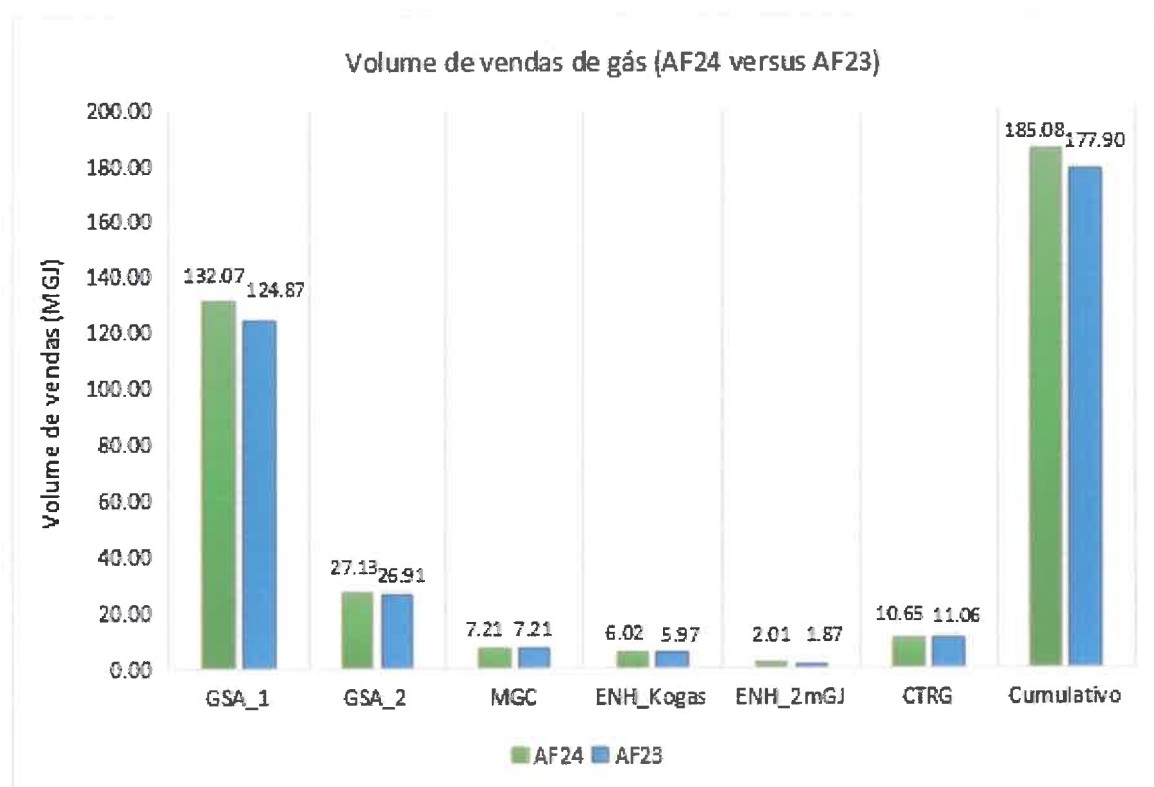
##### Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2024 (AF24), findo em 30 de Junho de 2024, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF24	AF23	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Natural Gas - GSA 1	MGJ	132.07	124.87	5.77
Natural Gas - GSA 2	MGJ	27.13	26.91	0.82
ENH-kogas	MGJ	6.02	5.97	0.79
MGC	MGJ	7.21	7.21	0.04
CTRG	MGJ	10.65	11.06	-3.70
GSA ENH 2mGj	MGJ	2.01	1.87	7.24
<b>Cumulativo das vendas de gás</b>	<b>MGJ</b>	<b>185.08</b>	<b>177.90</b>	<b>4.04</b>
Condensado	Bbl	262,502.32	252,895.61	3.80
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF24	AF23	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	6.05	6.41	-5.59
Preço médio de vendas	Unidade	AF24	AF23	Variância
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Natural Gas - GSA 1 (a)	USD/GJ	2.69	3.18	-15.41
Natural Gas - GSA 2	USD/GJ	2.49	2.94	-15.31
ENH-kogas	USD/GJ	2.37	2.21	7.24
MGC	USD/GJ	2.49	2.94	-15.31
CTRG	USD/GJ	3.19	2.98	7.05
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	2.93	2.74	6.93
Condensado	USD/Bbl	50.67	54.61	-7.21

(a) - Inclui gás em excesso.

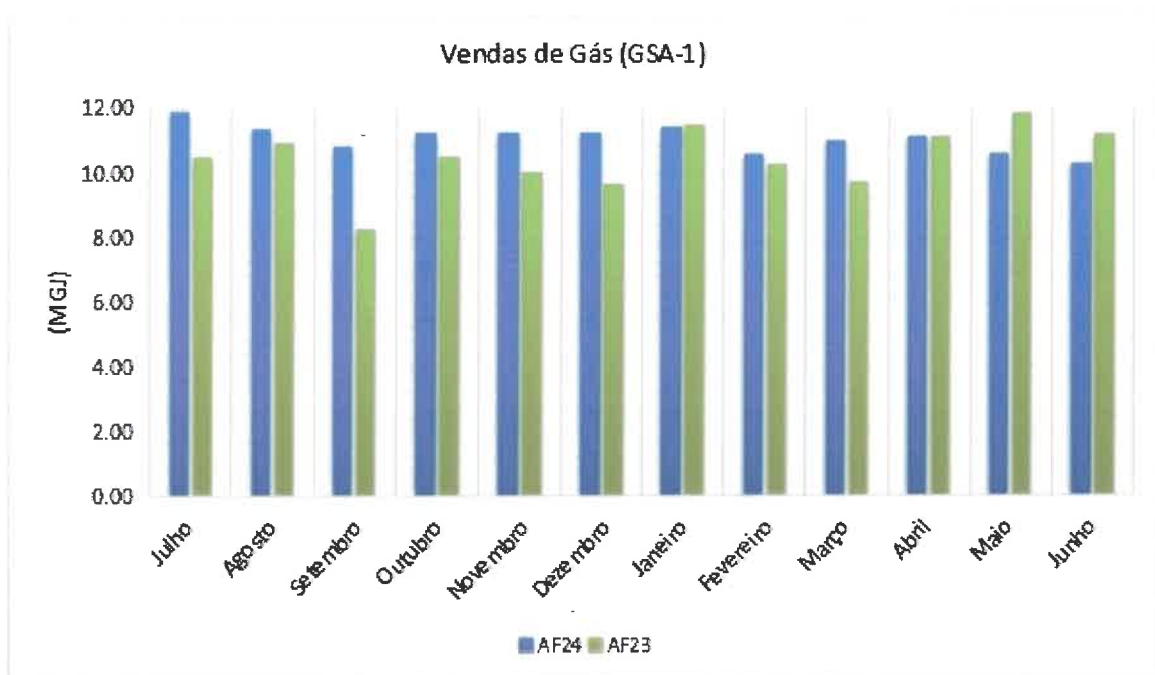
O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF24 versus AF23).



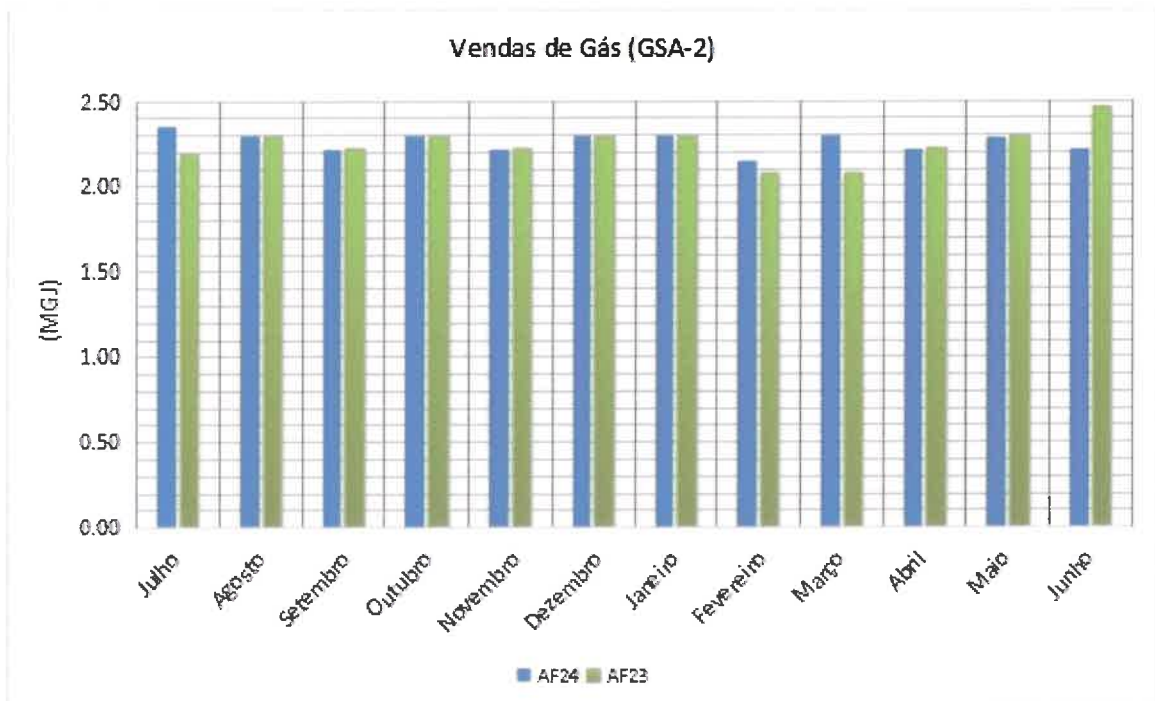
Como se pode ver a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2024 (AF24) foi de 4.04% superior em relação ao período anterior de 2023, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se maiores entregas de gás por parte da compradora Sasol Gas ao abrigo dos contratos GSA1&2 e de alguns contratos domésticos (ENH-kogas, ENH 2mGJ e MGC). No entanto, no geral, os volumes de vendas foram menores quando comparado ao orçamento de 186.13 MGJ durante o período em análise, devido ao facto de que a Central de Processamento (CP) sofreu alguns problemas operacionais em unidades-chave, o que impactou negativamente a produção em certos períodos do ano.

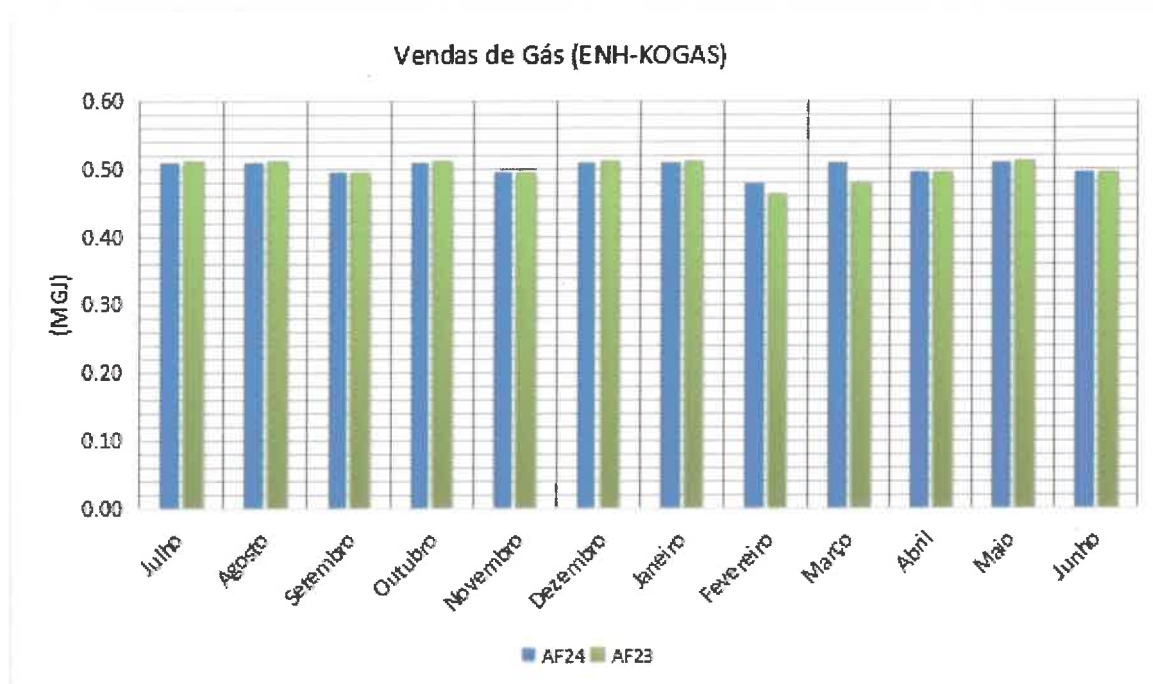
Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve ainda avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2. Os gráficos a seguir mostram o perfil da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2024 (AF24) em relação ao período anterior de 2023 (AF23) tanto para o gás natural, como para o condensado.



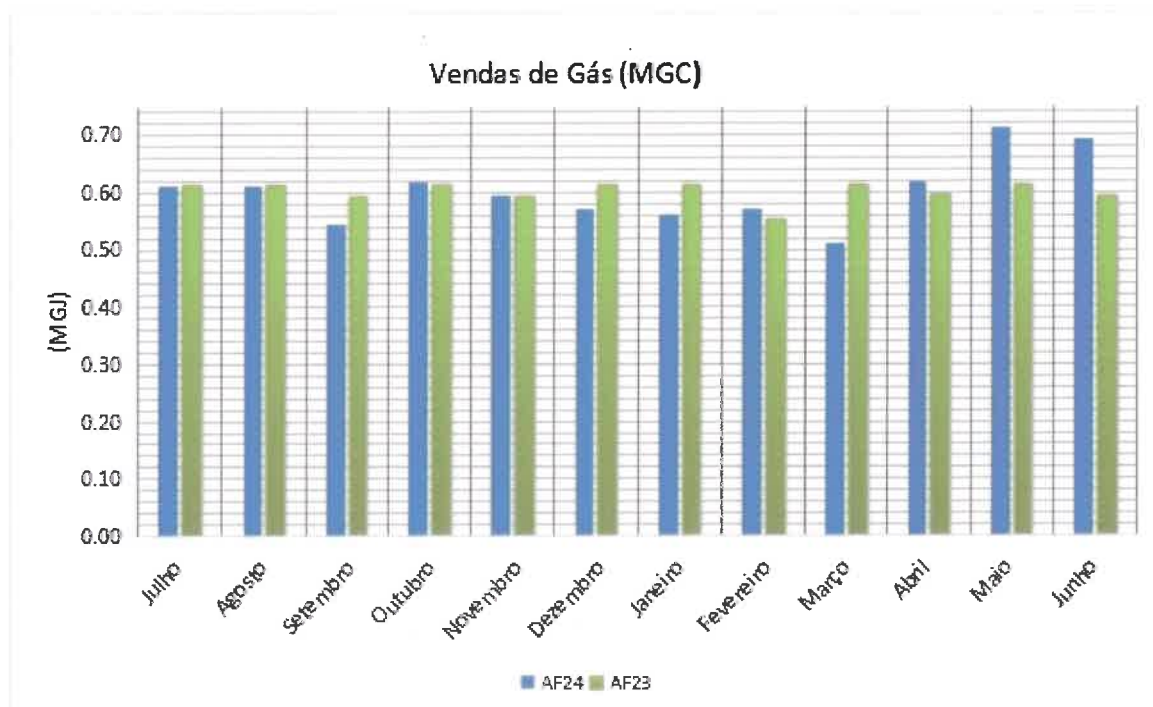
Pode-se ver no gráfico acima que no AF24, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 5.77% superior em relação ao AF23, devido a maiores entregas de gás à Sasol Gas.



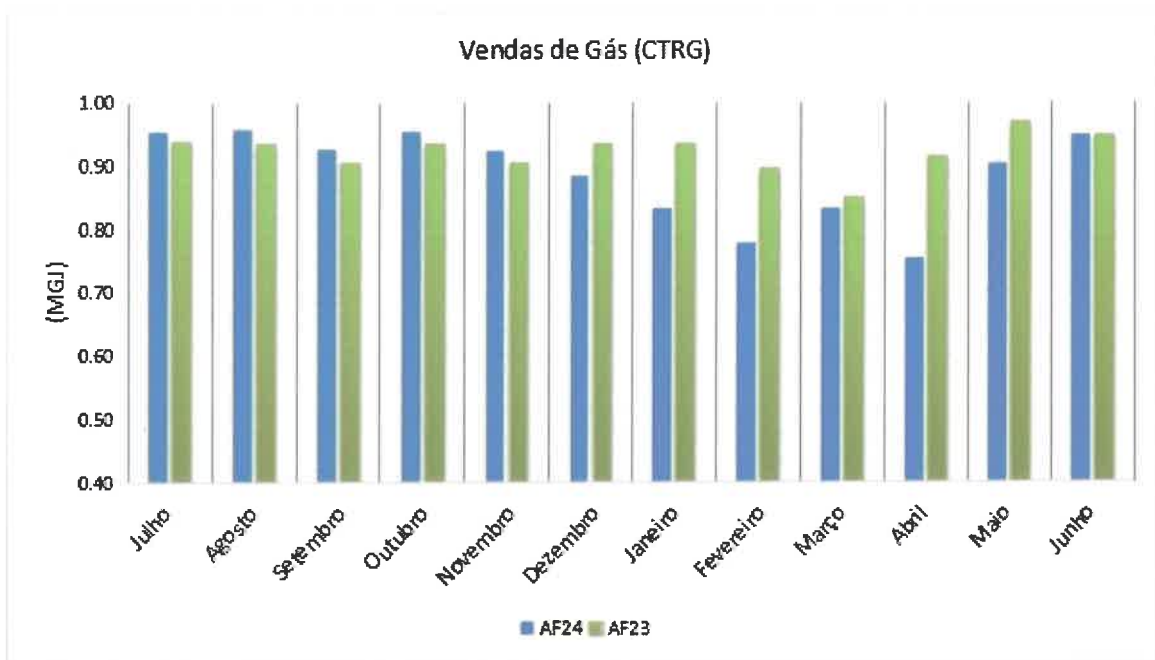
O volume de vendas, nos termos de contrato GSA2 no AF24, foi 0.82% superior em relação ao período anterior (AF23), devido a maiores entregas de gás à Sasol Gas.



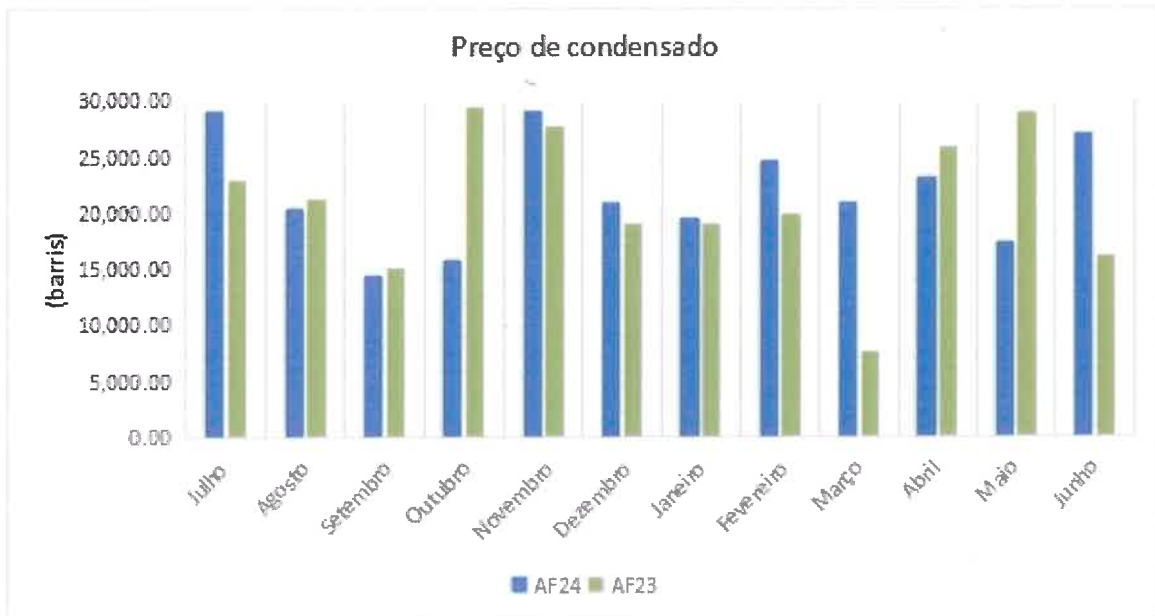
O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF24, foi 0.79% superior em relação ao período anterior (AF23), devido a maiores entregas de gás à ENH-KOGAS.



O volume de vendas, nos termos de contrato da MGC do AF23, foi 0.04% superior em relação ao período anterior (AF23), devido a entregas de gás ligeiramente maiores à MGC.



O volume de vendas, nos termos de contrato da CTRG do AF23, foi 3.70% inferior em relação ao período anterior (AF23), devido a menores entregas de gás à CTRG.

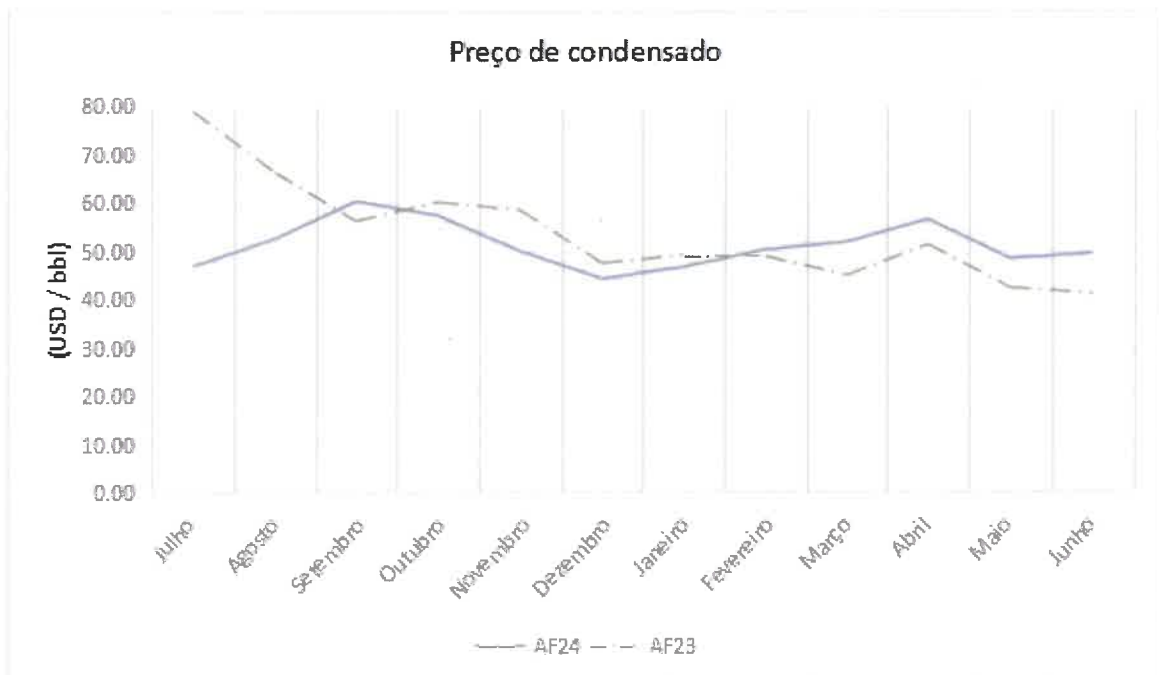
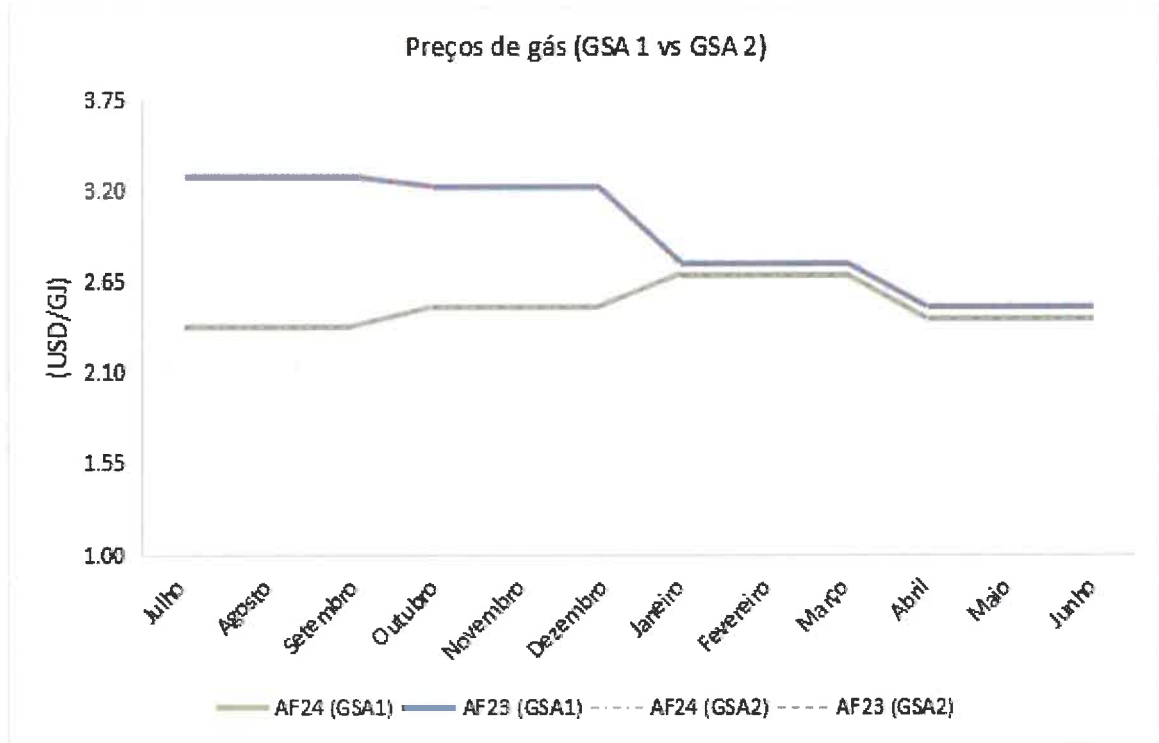


Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas superior para o AF24, na ordem de 3.80%, em relação ao período anterior (AF23). O aumento deveu-se, principalmente, a algum condensado do exercício anterior que não foi carregado devido a desafios operacionais e questões de segurança do sistema de gestão do terminal de carregamento de condensado, contribuindo para carregamentos adicionais neste exercício (AF24) e impactando positivamente o volume de vendas em certos períodos do ano.

### Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2024 foram inferiores comparativamente ao mesmo período de 2023 (AF23), devido à variação negativa dos indicadores de preços durante o período em apreço.

O preço praticado para a venda de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2024 foi inferior comparativamente ao ano anterior (AF23), devido à queda de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional durante o período em apreço.



**Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)**

O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company

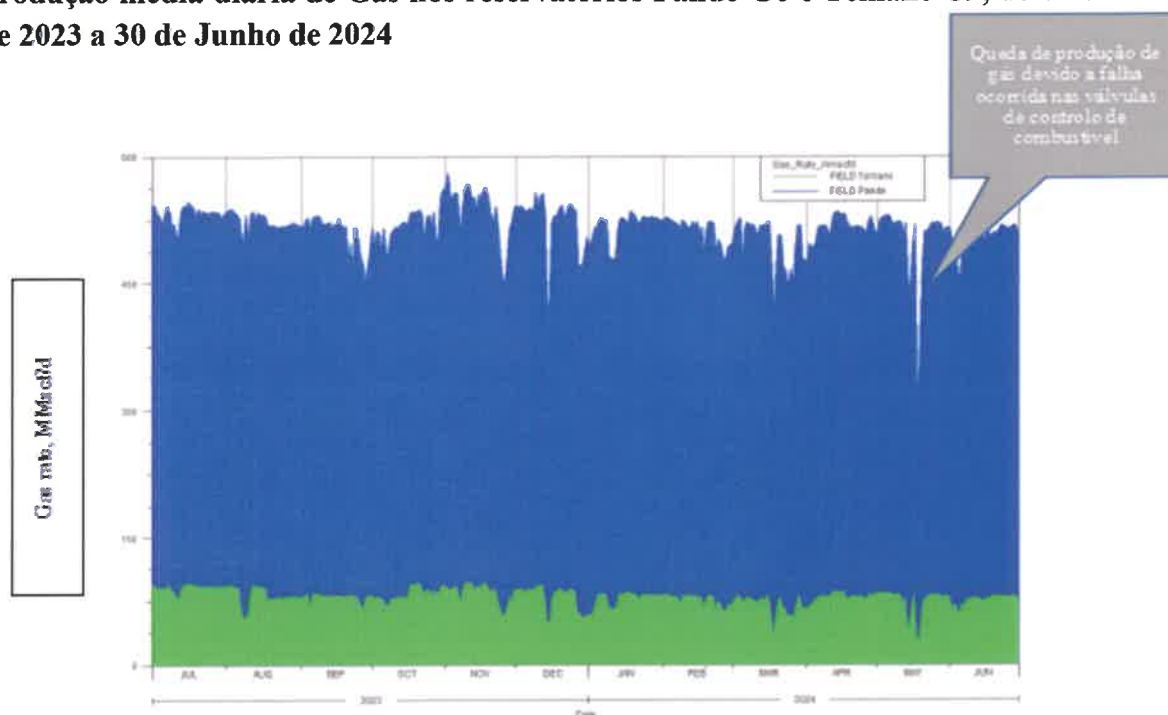
(MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no AF24, foi 5.59% inferior em relação ao gás levado no período anterior de AF23. Isso deveu-se à preferência do governo em receber royalties em dinheiro, em vez de em espécie.

## Revisão das Operações

### 2.4.1. Operações nos campos de gás

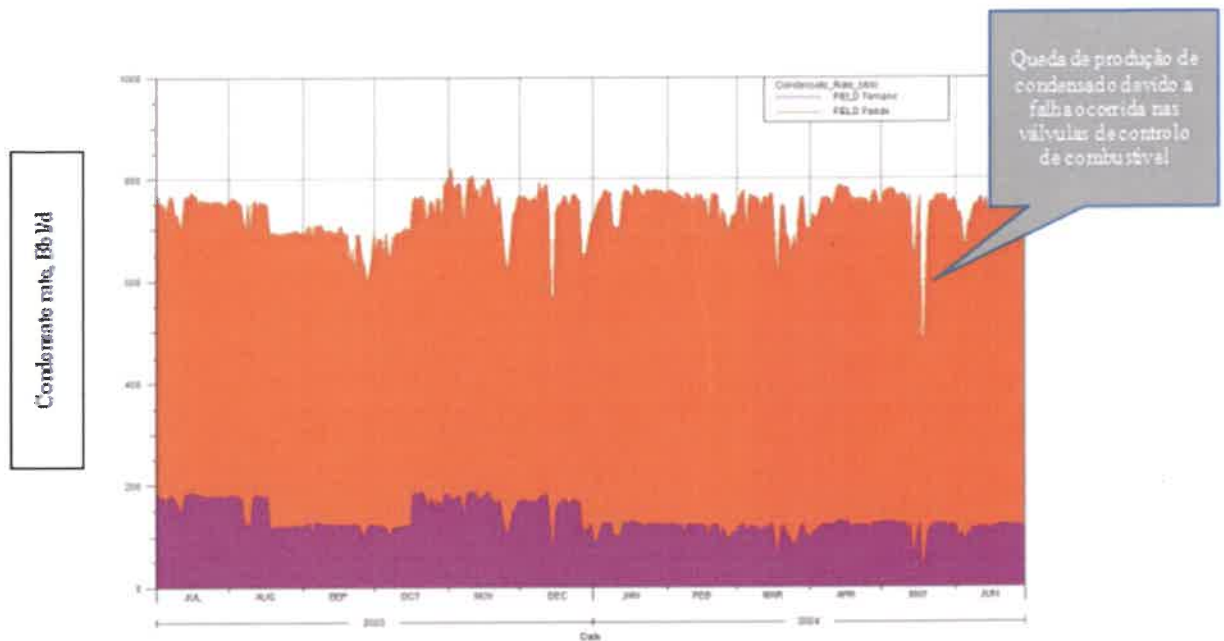
Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF24.

#### Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2023 a 30 de Junho de 2024



#### Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de 01 de Julho de 2023 a 30 de Junho de 2024





- A produção média bruta de gás do PPA no ano financeiro 2024 (AF24) foi de 515 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia). Houve um aumento de produção de gás de aproximadamente 21MMscf/d, correspondente a um incremento de 4.1% em relação ao ano anterior (AF23). O rácio médio de contribuição, foi de 16% e 84% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A produção média total de condensado no AF24 foi de 722 Bbl/d (Barris por dia). Houve um aumento de produção de aproximadamente de 30Bbl/d, correspondente a um incremento de 4% em relação ao ano anterior (AF23).
- De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se verificar que nos dias 18 e 19 de Maio, houve uma queda significativa de produção de gás e condensado nos campos, devido à falha ocorrida nas válvulas de controlo de gás combustível e por conseguinte a não alimentação dos geradores de turbina movidos a gás, o que causou a perda de carga na Central de Processamento.

### Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram feitas as seguintes operações a saber:

- O furo Temane-07, foi colocado a produzir no final de Agosto com uma produção máxima de 5MMscf/d após a intervenção designada por “*soap stick*” que visava em remover os líquidos na tubagem para permitir que o gás fluísse até a superfície.

- O furo Temane-16, observou-se que o furo começa a sofrer problemas de “*liquid loading*” com LPC a operar a pressões de 22 Barg e que eventualmente o furo não pode produzir gás abaixo das condições mínimas de operação estabelecidas e que uma intervenção de operação com “*soap stick*”, nesta fase será necessário de modo a remover os líquidos na tubagem para permitir que o gás flua até a superfície.
- O furo Temane-04, foi fechado no final de Agosto devido ao teste negativo registado na válvula de segurança (*subsurface safety valve- SSSV*). No entanto, o furo voltou a produzir desde 17 de outubro de 2023 com uma produção média de 16 MMscf/d.
- O furo Pande-19, fez-se a avaliação de risco e concluiu-se que o furo deverá produzir sob concessão por 12 ou 24 meses. No entanto, desde o dia 06 de outubro de 2023 o furo tem vindo a produzir em média 22MMscf/d.

No geral, nos primeiros tres meses do AF24, foram desafiantes culminando com uma redução no desempenho dos furos devido aos problemas de integridade dos mesmos e paragem de produção dos furos em certos periodos de tempo para a reparação de algumas avarias, bem como, algumas avarias devido a problemas de comunicação dos furos. Todavia, nos trimestres subsequentes do periodo em apreço registou-se uma melhoria e estabilidade no desempenho dos furos no qual 25 furos estavam operacionais comparativamente os 23 furos do ano anterior.

**O Projecto de restauração da integridade dos furos e campanha de perfuração designado por MERIC (Mozambique Exploration and Remediation & infill Campaign).**

O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é reparar determinados furos de produção por via de “*workover*”, abandonar e selar permanentemente seguros (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção, enquanto a campanha de perfuração visa perfurar alguns furos (*infill wells*) no campo para sustentar a produção durante a vida útil do projecto.

O resumo das operações no âmbito do MERIC é o seguinte:

- **Os furos Infills do PPA, Tranche-3** - que consistem na reperfuração de dois novos furos, Temane-31 (T-15R) e Temane-32 (T-9R) de modo a substituir os furos existentes já abandonados no campo de Temane, nomeadamente (T9 &T15) que

foram selados e abandonados (P&A). Os novos furos, foram concluídos e testados com sucesso no qual, espera-se o comissionamento em Novembro do AF25.

- **O PEDOP Infill** – que consiste na reperfuração de um furo, Pande-34 (P-19H) e na perfuração de dois novos furos (Pande-35 e Pande-36) no campo de Pande. A fase de execução desse projecto foi aprovado em Março do AF24 e actualmente decorrem operações de perfuração no qual, espera-se que tenha lugar o benéfico das operações no AF26.

### Operações na Central de Processamento (CP)

No geral, as operações na Central de Processamento (CP) foram ligeiramente estáveis durante o período reportado, o que contribuiu para que algumas encomendas não fossem cumpridas em alguns períodos do ano, devido aos seguintes eventos ocorridos:

- A unidade 31 (compressor de baixa pressão) sofreu várias avarias durante o período em apreço. Foi realizada uma análise de causa raiz (RCA) e foi identificada danificação do vedante mecânico e defeito na válvula de retorno. A equipa de manutenção fez substituiu os vedantes danificados e a válvula de retorno e a unidade voltou a funcionar.
- A unidade 44 (unidade de desidratação TEG) sofreu restrições de fluxo devido a falhas no trocador de calor, como resultado de baixa temperatura operacional registada no controlador. A equipa de manutenção corrigiu a falha e a unidade voltou a funcionar.
- No dia 18 de Maio de 2024, os Geradores das turbinas movidas à gás das unidades A, B e C, tiveram uma avaria simultânea nos três geradores, causada pela perda de pressão e subsequente fecho das válvulas de controle do gás combustível, resultando na perda total de energia eléctrica e, conseqüentemente, na perda de produção.
- Durante este exercício financeiro, também enfrentamos várias avarias nos compressores de alta pressão, o que comprometeu a filosofia (N+1). Em alguns períodos do ano, não havia compressores de reserva, sendo necessário alugar um para atender às encomendas da compradora.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- A manutenção programada anual para fazer face as operações dos campos e CP foi realizada durante o período em apreço.
- Foi realizada uma inspecção planificada e, posteriormente, uma revisão geral no compressor de alta pressão da unidade 63.
- A turbina movida a gás foi substituída como parte da revisão planificada, uma vez que atingiu 40,000 horas de operação, ultrapassando a recomendação do fabricante do equipamento original.

### 2.4.3 Manutenção da capacidade e projectos de extensão do “plateau”

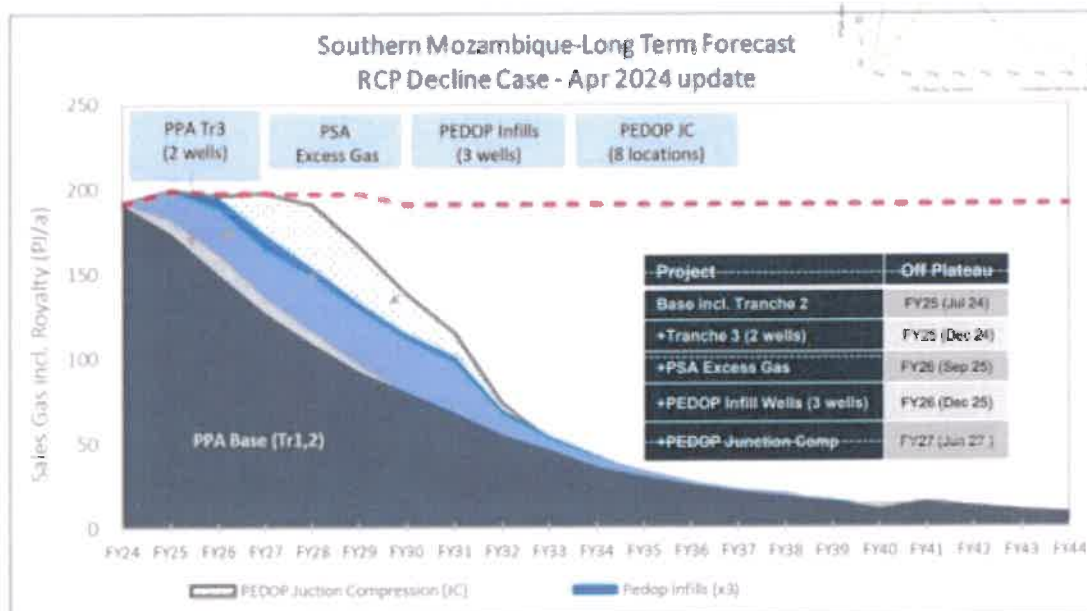
#### 2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto foi segmentado em duas partes, nomeadamente: *PEDOP Infill Wells* e *PEDOP Junction Compression*, na qual o *PEDOP Infill Wells* encontra-se na fase de execução e *PEDOP Junction Compression* na fase de definição (*define phase*).
- Os testes para o início de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) do *PEDOP Infill* estão previstos para o AF26.
- Os testes para o início de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) do *PEDOP Junction Compression* estão previstos para o AF27.
- Os estudos de engenharia (FEED) do projecto *PEDOP Junction Compression* foram adjudicados à firma Foster Wheeler.

O gráfico abaixo visualiza o perfil de produção do PPA, incluindo o projecto PEDOP e o gás processado da área do PSA



## 2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

No geral, registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Todos os procedimentos e regras no trabalho demonstram iniciativas visando o alcance contínuo do melhoramento no desempenho ambiental em concordância com a certificação ISO 14001:2015 da CP em Sistema de Gestão Ambiental.

Durante o período em apreço foram diagnosticados na clínica da CP, 30 casos de Malária e para a mitigação desta doença, esta em curso um programa de vector da malária na CP e no complexo habitacional de Nhamacunda, que consiste na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem resultado na redução da população de mosquitos.

Também durante o período em apreço, foram conduzidas na CP auditorias internas e externas concernentes a Segurança, Saúde e Sistema de Gestão ambiental nomeadamente:

1. A auditoria de recertificação em segurança, saúde, ambiente e qualidade, foi conduzida entre os dias 20 a 24 de Novembro de 2023 pela empresa BSI (*British Standards Institution*), o escopo da auditoria era de avaliar o sistema de gestão da

SPT em relação aos requisitos da certificação pela norma ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018. O objectivo foi de conduzir uma pesquisa de avaliação e assegurar que os elementos do escopo da certificação e os requisitos estão a ser efectivamente implementados pelo sistema de gestão da SPT e se o sistema demonstra a capacidade de apoiar no cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e no cumprimento dos objectivos específicos da organização conforme aplicável no que diz respeito ao escopo da norma de sistema de gestão. As áreas para o melhoramento do sistema de gestão foram também parte da auditoria e não foi levantada nenhuma constatação, apenas 3 inconformidades de menor impacto. Foi feita a recomendação pela equipa da auditoria para a contínua certificação na norma em ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018.

2. A auditoria ao prestador de serviços de gestão de resíduos foi realizada em Janeiro de 2024 com o objectivo principal de verificar a conformidade com os requisitos do plano operacional de gestão ambiental (OEMP), do plano de gestão de resíduos (WMP) e as condições da licença. Foi emitido o relatório final e o resumo segue abaixo:

As recomendações para melhoria incluem: a execução de inspeções periódicas ou auditorias internas aos prestadores de serviços de gestão de resíduos, validação pela Sasol dos relatórios emitidos pelos receptores dos resíduos (carimbados nas instalações do despejo e assinados pelos prestadores de serviços de gestão de resíduos) e recomenda-se à Sasol para avaliar oportunidades para a reutilização de resíduos pelas comunidades, por exemplo: a madeira.

#### **Projecto de Remediação do Pande-4**

O projecto visa avaliar a opção de remediação adequada para o Pande-4, que compreende o monitoramento do subsolo, contenção da superfície e monitoramento contínuo do solo, água e monitoramento de gás.

O progresso até a data da realização desse relatório é o seguinte:

- i. A empresa contratada Ramboll esta a realizar trabalhos de detenção de metano por via do satélite.
- ii. A Ramboll esta em fase de concepção do modelo de Fluxo. Os resultados da pesquisa de Radar (*InSAR- Interferometric Synthetic Aperture Radar*) mostram uma subsidência mínima.
- iii. A monitoria Ambiental no Pande -4 é conduzida numa base semestral, os trabalhos de campo foram executados pela empresa Gondwana entre Novembro e Dezembro de 2023 os quais incluem a medição do fluxo de gás, monitoramento do vapor do ar, monitoria do nível mínimo de explosão, monitoria de gases no solo, amostragem de água, amostragem de solo e medições do fluxo de água subterrânea.

Os resultados laboratoriais das amostras de água e solo colhidas e analisadas estão sumarizados abaixo:

- A tendência dos resultados da análise da condutividade elétrica (EC) mostra que a água proveniente dos furos na comunidade pode ser classificada como sendo de salinidade média a moderada com valores que variam de 70 e 1000 mSm/m.
- Não foi medido o volume do fluxo de água da berma do Pande-4 até a cratera pois não se observou o fluxo de água superficial.
- Foram detetadas no Pande-4 durante a perfilagem dos solos, concentrações ligeiramente elevadas de hidrocarbonetos em fase de vapor que variam de 9 a 51 ppm.
- Não foi feita medição do gás que flui a partir da tubagem de ventilação do Pande-4, por onde o gás é liberto para a atmosfera sem ser medido, uma vez que a inspeção visual da tubagem sugere que é liberta uma menor quantidade de gás para a atmosfera.

## 2.6 Questões Comerciais e Legais

Tendo em conta que o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos com a Petromoc em vigor expira a 30 de Junho de 2024, a SPT, como Operadora, abriu o concurso e processo de seleção para o próximo contrato, tendo apresentado à CMH e IFC a proposta de lista dos potenciais concorrentes. Os Parceiros da UJV aprovaram a lista de concorrentes bem como a proposta de Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, que foi enviada para os concorrentes. A Petromoc foi, dentre os concorrentes, a vencedora. A versão final do Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi enviada pra assinatura pelos Parceiros da UJV, cujo processo foi concluído a 31 de Maio de 2024.

No que tange aos projectos de viabilização e desenvolvimento da área do PSA, o Contrato de Longa Duração para o Processamento de Gás, foi celebrado a 4 de Dezembro de 2023 e a versão definitiva foi enviada, a 6 de Dezembro, para os Parceiros da UJV. À luz do referido contrato foi submetida ao PSA a Confirmação da Capacidade Disponível, contudo, a SPM ainda não submeteu a notificação do cumprimento das condições precedente, bem como a notificação para o Início, que são requisitos obrigatórios ao abrigo do GPA.

Quanto ao Contrato de Operação e Manutenção da Central de Processamento do PSA

celebrado entre o PSA e o PPA, a 17 de Julho de 2023, estão em curso as negociações referentes à operação e manutenção do Gás Inicial (IGF) antes da entrega da Central de Processamento Integrada. A Ordem de alteração da Facturação de Serviços associados com a operação e manutenção do IGF já foi assinada pelo PPA e PSA.

Relativamente ao Contrato de Construção e Conexão, o PSA e a SPT analisaram o referido contrato e concluíram que se deve: (i) ajustar os serviços de saúde tendo em conta o índice do Preço no Consumidor (CPI); (ii) ajustar o mecanismo do custo da acomodação no Complexo Habitacional de Nhamacunda; (iii) recuperar o custo de transporte com o pessoal do PSA; (iv) recuperar os custos de comunicação via rádio e satélite, bem como os custos pelo uso de serviços de wi-fi; e (v) incluir o mecanismo de renegociação do preço e alinhar o ciclo de facturação dos serviços, no âmbito dos GPA e O&M.

#### **Mudanças materiais na legislação**

Durante este período, não houve alterações relevantes na legislação do sector.

Material changes in legislation.

#### **Litígios**

A acção intentada pela Titular da Concessão Mineira contra a Operadora, reclamando danos foi suspensa pelo Tribunal Judicial de Inhambane até à conclusão da acção entre o IGREME e a Titular da Concessão Mineira no Tribunal Administrativo.

No concernente à acção intentada pela Titular da Concessão Mineira solicitando a suspensão temporária da decisão do IGREME, a decisão do Tribunal Administrativo confirmou a decisão do IGREME suspendendo a licença da Titular da Concessão Mineira.

Quanto ao processo de impugnação de despedimento intentado pelo antigo médico de saúde ocupacional da CP, no Tribunal do Trabalho da Cidade de Maputo, por entender que o processo disciplinar instaurado contra ele é nulo, uma vez que se baseou em factos falsos, teve lugar a sessão de julgamento e aguarda-se pela notificação da sentença.

Em relação ao despedimento de dois trabalhadores devido à não observação dos procedimentos da cadeia de fornecimento e conflito de interesses, os trabalhadores em causa intentaram uma acção de impugnação de despedimento, teve lugar a sessão de



juízo e aguarda-se a pela sentença.

No que diz respeito aos trabalhadores da CP despedidos em conexão com o furto de condensado, o Tribunal decidiu a favor de dois (2) trabalhadores. Em relação a um dos trabalhadores, o Tribunal decidiu a favor da SPT e, em relação aos demais, aguarda-se pela decisão dos processos.

## 2.7 Responsabilidade Social Corporativa (UJV)

As acções de responsabilidade social voltadas para as comunidades de Pande e Temane constituem parte integral e essencial do compromisso do Consórcio (UJV) para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, para o exercício findo a 30 de Junho de 2024, o Consorcio investiu o montante total de USD 3 939 603.

Durante o ano, importa destacar os seguintes avanços na implementação dos projectos:

### **Acordos de Desenvolvimento Local (ADLs)**

Os ADLs abrangem um total de trinta e sete comunidades em Inhassoro e Govuro e estão subdivididos nas seguintes categorias: Projetos de Água e Saneamento; Projetos de Desenvolvimento Económico; Projetos de Eletricidade; Projetos de Pequena Escala e Projetos Autónomos.

#### **ADL - Água e Saneamento**

Na categoria de Água e Saneamento, durante o ano, foram concluídos a reabilitação de noventa e sete furos de água, dezassete sistemas e cinco blocos de sanitários. Foi igualmente concluída a construção de onze novos sistemas de água, vinte e três novos furos de água, cinco blocos sanitários e dois sistemas de dessalinização em Inhassoro e Govuro. Paralelamente, foram implementadas campanhas contra a defecação ao ar livre e acções de capacitação para os comités de gestão de água e fornecedores para peças de manutenção.

#### **ADL - Desenvolvimento Económico**

O Programa de Desenvolvimento Económico nos distritos de Govuro e Inhassoro foi concluído com sucesso, capacitando quarenta e um comunidades com recursos para a criação de pequenos negócios em diversos sectores de actividade, como a produção de ovos,

ananás, horticultura, artesanato, processamento de castanha de caju e criação de caprinos. O programa também ofereceu formação em empreendedorismo a 500 pessoas, *coaching* a 250 e financiamento a 235 empresas. Além disso, 100 pessoas foram formadas através de uma unidade móvel de formação, 200 receberam formação em *soft skills* e foi realizado um estudo de desenvolvimento da cadeia de valor para identificar novas oportunidades no mercado. No geral, o programa fomentou uma economia local mais diversificada e resiliente nestes distritos.

### **ADL - Projetos de Eletricidade**

A componente *on-grid* (*ligado a rede*) do projecto de electrificação, que envolve a ligação de comunidades off-grid (fora da rede) à rede nacional em parceria com a EDM – Electricidade de Moçambique, está em fase de conclusão e irá beneficiar três comunidades - Lithlau, Colonga e Pande 1. Por outro lado, a componente *off grid* do projecto, que envolve o fornecimento de electricidade às comunidades através de fontes alternativas, como painéis solares, não registou progressos significativos e deverá avançar no próximo ano.

### **ADL - Projetos de Pequena Escala**

Durante o ano, no âmbito de projectos de pequena escala, para o Distrito de Inhassoro, foram concluídos oito sistemas de irrigação para as comunidades de Buchane, Chitsecane, Mabime, Malanguti, Manusse, Nhacolo, Chimadjane e Mudumane, e dois abrigos de reuniões comunitárias foram concluídos em Lithlau e Rumbatsa. Além disso, foram concluídos cinco blocos de salas de aula para as comunidades de Mapazene, Maperepere, Chibo, Vulcanjane, Tiane (Distrito de Inhassoro). Foram concluídos a construção do mercado de Colonga, do campo de futebol de Mangungumete e de Cachane. Para o Distrito de Govuro, o projecto de criação de cabritos expandiu-se para duas comunidades adicionais, Pande 1 e Chibuca, e o projecto de construção de um campo de futebol na aldeia de Chipongo foi substituído por um congelador de conservação de peixe, em resposta à preferência dos beneficiários. Foram entregues três máquinas de moer às comunidades de Machoco, Chicure e Mazino.

No que diz respeito a actividades ainda em curso, importa notar que ainda estão em fase de construção oito sistemas de irrigação adicionais para Inhassoro, quatro sistemas de irrigação da Govuro e um bloco de sala de aula na comunidade de Maluvane em Govuro e um bloco de sala de aula na comunidade de Mangarelane em Inhassoro.

### **ADL - Projetos Autônomos**

No período, no Distrito de Inhassoro, iniciou-se as obras de construção da Escola Secundária de Chitsotso e foi assinado um Memorando de Entendimento para a requalificação do Centro de Saúde de Magungumete para hospital. No Distrito de Govuro, foi concluído o Plano de Urbanização do Distrito de Govuro e encontra-se na fase final o processo de parcelamento. Adicionalmente, esta em curso a implementação do projecto de criação de cabritos em quatro comunidades, foram concluídos três centros comunitários em Chibuca, Pande 1 e Chimedje, e decorre a implementação de 4 sistemas de irrigação nas comunidades de Chibuca, Chicuire, Machovo e Mazino e 2 campos de futebol nas comunidades de Doane e Maluvane.

### **Outras Iniciativas**

Para além dos projetos relacionados com os ADLs, os parceiros apoiam outras iniciativas, nomeadamente:

#### **Carteiras Escolares**

O objetivo principal do projeto de carteiras escolares é distribuir 3 500 carteiras a alunos e professores nos distritos de Inhassoro, Govuro e Vilankulo até Junho de 2024. Durante o ano, foram entregues um total acumulado de 3 164 carteiras.

#### **Manutenção da Infraestruturas Comunitárias**

O projeto visa apoiar as comunidades na manutenção ou reabilitação de pequenas infraestruturas, incluindo estradas. Durante o ano, foi concluída a reabilitação do centro de saúde de Magungumete e também a construção do campo de futebol de Inhassoro.

#### **Apoio Emergencial**

Em solidariedade com a população da Província de Cabo Delgado, na sequência dos efeitos devastadores do ciclone Freddy, foi aprovado um plano de negócios para a construção de um centro de saúde Tipo II na aldeia rural de Nanhala, localizada no posto administrativo de Chapa, distrito de Mueda, na província de Cabo Delgado. A construção se encontra nos estágios finais e a entrega deverá ser realizada no próximo ano fiscal.

### 3. Actividades da CMH

#### 3.1 Aspectos Legais

##### 3.1.1 Litígios

Não há litígios a reportar durante o reportado período.

#### 3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o reportado ano, verificou-se uma variação positiva do valor das acções da CMH de 2 600, 00 Mtn para 4000,00 Mtn. A 30 de Junho de 2024, a CMH tinha 1 444 accionistas, dos quais 1 442 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

#### 3.3 Recursos Humanos

Durante o ano fiscal 2023-2024, o quadro de pessoal da CMH, registou um desligamento de uma trabalhadora reduzindo de 9 para 8, passando a contar com cerca de 25 trabalhadores dos quais 8 são do sexo Feminino e 17 do sexo masculino. Em termos do nível académico 1 trabalhador ascendeu ao nível académico de Licenciatura alterando de 16 para 17 o número de trabalhadores do sexo masculino com o nível superior e 7 do sexo feminino.

##### A. Processos Estratégicos

A 25 de Março do ano em curso, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação dos 5 instrumentos Normativos, mormente, Manual de procedimentos administrativos, financeiros e comerciais, Política de Dividendos, Regulamento de Procurment, Regulamento de Deslocações e Estadias e Regulamento de Estágio Pré-Profissional.

##### Projecto de migração digital

Após a reunião de kick-off no dia 5 de Dezembro de 2023, iniciaram no dia 2 de Fevereiro os workshops de apresentação do Sistema integrado e entendimento dos processos das várias empresas do Grupo ENH no geral. Este processo está decorrendo nas instalações da ENH. A posterior, foram desenvolvidos à nível do sistema os processos de cada empresa, tendo em conta os resultados dos workshops que terminaram em Março. Ainda não há alteração do cronograma sendo que o início da implementação efectiva do sistema será a 1 de Janeiro de 2025)

No mês de Junho realizaram-se reuniões de palestra sobre o Processo de Avaliação anual de Desempenho referente ao ano fiscal 2023-2024 cuja avaliação terá início a 01/07/2024.

## **B. Execução de Actividades e Monitoria de Processos**

No período em alusão o Sector de Recursos Humanos desenvolveu, monitorou diversas actividades de carácter rotineiro e processos administrativos de gestão de recursos designadamente: Processamento de Salários, cumprimento das Obrigações fiscais e Contributivas, emissão de pareceres e propostas, tramitação de expediente Interno e externo.

## **C. Obrigações fiscais e contributivas.**

Houve cumprimento integral do pagamento das obrigações fiscais e contributivas dentro do prazo legal (IRPS, INSS, IPA, Seguro de trabalho, Segurança Social complementar).

## **D. Seguro de Saúde**

A CMH através da Seguradora Medplus tem estado a providenciar aos colaboradores, seus dependentes e membros dos órgãos sociais à assistência médica e medicamentosa sendo que a Gestão do Seguro de Saúde foi Implementado satisfatoriamente no período a que se refere o presente relatório. Actualmente o Seguro contempla 151 vidas (Trabalhadores e Dependentes). No mês de Maio foi feito um inquérito aos trabalhadores da CMH de modo a aferir sobre o grau de satisfação do seguro de saúde. Após a auscultação concluiu-se que a Mediplus, SA tem prestado um serviço de qualidade e respondido com as expectativas dos trabalhadores no que concerne as necessidades de assistência médica e medicamentosa. Tendo em conta o resultado positivo do grau de satisfação dos beneficiários, a CMH renovou o contrato com efeito a partir de 01 de Julho do corrente a após a harmonização das questões de melhoria levantadas pelos trabalhadores junto a Seguradora Medplus.

## **E. Plano de formação**

O Plano de formação foi implementado conforme o previsto, o Sector de Recursos Humanos prestou toda assistência desde a inscrição dos trabalhadores até a conclusão dos cursos. Do plano anual de Formação, até ao fim do 3º trimestre, foi implementado cerca de 99% pelo facto de duas ações planificadas terem sido canceladas pelo provedor.

Para o presente ano fiscal o Conselho de Administração da CMH, SA, aprovou o Plano anual de formação referente ao ano fiscal 2024-2025, o qual contempla 18 acções de formação individual, 2 actividades de campo e participações em 4 Conferências internacionais.

### 3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

A CMH reafirma o seu compromisso com o bem-estar das comunidades, através do financiamento à projectos de cariz social nas áreas da educação, meio ambiente, saúde, desporto, acções de solidariedade, cultura e bem-estar dos colaboradores.

Para o ano findo a 30 de Junho de 2024, foi desembolsado um total de USD 1 027 125 em projectos sociais, o que representa cerca de 6% acima do orçamento. O excesso de gastos deveu-se ao patrocínio não previsto no valor de USD 203 138 concedido à Televisão de Moçambique para a transmissão dos Jogos Olímpicos. Importa destacar as seguintes realizações no âmbito da responsabilidade social:

#### **i. Aprovação da Política de Responsabilidade Social Corporativa**

No período, foi finalizada e aprovada a Política de Responsabilidade Social Corporativa (PRS) da CMH. A Política norteia e regulará as acções de responsabilidade social da CMH, através da criação de mecanismos para análise de riscos sociais e definição de critérios para decisão das acções a desenvolver alinhadas à Estratégia Global da CMH e as boas práticas internacionais.

#### **ii. Parcerias**

A CMH firmou uma parceria com a Empresa EGNE investimentos com vista a implementação de projectos na Província de Inhambane, relacionados ao abastecimento de água, reabilitação de sanitários, aquisição de equipamento informático e apetrechamento de salas. Prevê-se a implementação dos projectos no decorrer do próximo ano financeiro.

#### **iii. Apoio à Cultura e à Educação:**

- A CMH patrocinou duas obras literárias, nomeadamente: "Assembleia da República: Centro de Convergência Democrática" de Carlos Jorge Siliya e "Indústria Extractiva em África: Bênção ou Maldição" do Prof. Doutor António Rosário Niquice, promovendo o acesso à cultura e o conhecimento;

- Patrocinou a publicação de uma coletânea de pesquisas acadêmicas intitulada "Mercados de Capitais: Coletânea de Pesquisas Acadêmicas Vol.II", com o objetivo de promover a literacia financeira no mercado de capitais;
- Patrocinou a produção de um documentário intitulado "Xitlango", sobre a vida e obra de Eduardo Mondlane, em reconhecimento da sua contribuição para a construção da unidade nacional;
- Patrocinou a VII Edição do projeto da Hlambetweni que presta homenagem aos guardiões da cultura moçambicana, e nesta edição foram os artistas Marcelo Panguana (escritor), Lucrecia Paco (atriz) e Esaú Menezes (músico), reconhecendo a sua contribuição para a preservação da identidade cultural do país;
- Apoiou a produção de um DVD comemorativo dos 40 anos do artista moçambicano Esaú Menezes;
- Apoiou a participação da Ordem dos Advogados de Moçambique na Cimeira SADC-LA, que teve lugar em Luanda, Angola; e
- Patrocinou a edição 2024 da parada musical do Ngoma Moçambique, visando a promoção e valorização da música ligeira moçambicana.
- Através destes apoios, a CMH tem promovido consistentemente o acesso ao conhecimento, a preservação do património cultural e a celebração da excelência artística.

#### **iv. Resposta à Desastres**

- Apoiou o INGD – Instituto Nacional de Gestão e Redução de Risco de Desastres em géneros alimentícios diversos, em resposta ao apelo de solidariedade com as vítimas de calamidades na sequencia das chuvas moderadas e fortes que ocorreram entre 23 a 25 de Marco de 2024 nos Municípios de Xai Xai, Maputo, Matola Rio e Boane.

#### **v. Apoio ao Desporto**

- Apoiou a TVM (Televisão de Moçambique) na transmissão do CAN 2023 e dos Jogos Olímpicos de 2024, permitindo que milhões de Moçambicanos acompanhem as competições e os atletas moçambicanos que participam das mesmas;

- Apoiou ao Comité Olímpico no custeamento das despesas de participação da Seleção Nacional de Boxe no Torneio de Qualificação que teve lugar em Setembro em Dakar e o Estágio das modalidades de Vela e Canoagem que teve lugar em Portugal;
- Apoiou o projecto da Academia de Xadrez da Matola para a massificação da prática de xadrez nas escolas da Província de Maputo através do financiamento para a aquisição de 115 tabuleiros de xadrez.

#### **vi. Acções de Solidariedade**

- Apoiou as confraternizações do Dia da Criança no Bairro da Polana Caniço A, no Distrito da Katembe e as festividades organizadas pelo Gabinete da Primeira Dama em parceria com a ENH. Beneficiaram-se destas acções cerca de 500 crianças em situação de vulnerabilidade.

#### **vii. Melhorias na Infraestrutura**

- Concluiu os projectos de construção de uma paragem de autocarro e reabilitação da rua adjacente aos escritórios da CMH, proporcionando um ambiente mais seguro e agradável para seus colaboradores e visitantes; e
- Concluiu o concurso para a contratação do Empreiteiro do projeto de modernização do edifício, demonstrando seu compromisso com a melhoria contínua de sua infraestrutura. Espera-se que as obras tenham lugar no próximo ano fiscal.

#### **viii. Responsabilidade Social Interna**

- Foram comemoradas internamente, as efemérides do Dia da Mulher Moçambicana, do Dia do Trabalhador e do Dia da Criança. Na quadra festiva, a CMH participou nos eventos de fim do ano realizados pelos parceiros MIREME e ENH, e internamente foram entregues cabazes e senhas de supermercado aos colaboradores e pessoal de apoio.
- Adicionalmente, a CMH realizou uma série de acções para promover a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores. Neste contexto, foi ministrada uma palestra educativa sobre diabetes no recinto da empresa, abordando os riscos, sintomas e



formas de prevenção da doença, bem como foi realizada uma campanha de testagem gratuita de exames oculares, disponibilizando aos colaboradores a oportunidade de detectar precocemente problemas de visão.

#### **ix. Monitoria**

- No âmbito da monitoria dos projectos a CMH participou nas reuniões dos Comités de Gestão dos Acordos de Desenvolvimento Local na Província de Inhambane; participou igualmente das visitas de auscultação realizadas pela ENH em vários pontos da Província de Inhambane no âmbito da implementação da política de responsabilidade social corporativa da ENH; acompanhou à ENH numa visita de monitoria à Escola Primária de Magunze no Distrito de Chongoene , e por fim participou junto com a ENH da cerimónia de entrega de copos menstruais à raparigas deslocadas em Pemba.

### **3.5 Empresa holding e participadas**

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

### **3.6 Assembleia Geral**

A 09 de Outubro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados os seguintes assuntos:

- O Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2023;
- A distribuição de 80% dos lucros; e
- A reeleição dos Membros do Conselho Fiscal.

### **3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), para o ano findo a 30 de Junho de 2024.

### 3.8 Gestão da dívida

#### 3.8.1 Serviço da Dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2024, a CMH contraiu um empréstimo de USD 50 000 000 para financiar o projecto PPA de Pedop com três credores, Standard Bank da Africa do Sul com USD 20 milhões, BCI com USD 20 milhões e Nedbank com USD 10 milhões. Até a data, foi desembolsado um montante total de USD 15 928 221, conforme indicado na tabela abaixo.

Financiador	Valor contratado	Valor desembolsado	Montante desembolsar	Serviço da dívida		Montante em dívida
				Capital	Juro	
Standard Bank	20,000,000	-	20,000,000	-	-	20,000,000
BCI	20,000,000	8,268,226	11,731,774	-	169,281	20,000,000
Nedbank	10,000,000	7,659,995	2,340,005	-	-	10,000,000
<b>TOTAL</b>	<b>50,000,000</b>	<b>15,928,221</b>	<b>34,071,779</b>	<b>-</b>	<b>169,281</b>	<b>50,000,000</b>

#### 3.8.2 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2024	2023
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
Liquidez Geral	<b>8,4</b>	8,5
<b>Rácios económicos</b>		
Rentabilidade do capital próprio	<b>20%</b>	26%
Rentabilidade do activo	<b>14%</b>	18%

### 3.9 Investimento de curto prazo

#### 3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul e esta render juros razoáveis.

#### 3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juros razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em depósitos a curto prazo.

### 3.10 Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve mudança nas políticas contabilísticas durante o ano.

### 3.11 Dividendos pagos e declarados

A 09 de Setembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 80% dos lucros líquidos. Durante o ano financeiro 2024, a CMH pagou o montante total de USD 53 615 416 a título de dividendos aos seus accionistas, foram pagos nos dias 30 de Outubro de 2023. Tais dividendos são relativos ao ano AF 23.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo
	Data da Assembleia Geral	% dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data de pagamento	Montante pago	Total de Dividendos pagos por Ano Financeiro	
AF06 - AF22			258,837,906		258,837,906	258,837,906	
AF23	30-Sep-23	85%	53,615,416	31-Out-2022 & 13-Abril-2022			
AF24				13-Out-2023	53,615,416	53,615,416	
<b>Total</b>			<b>312,453,322</b>		<b>312,453,322</b>	<b>312,453,322</b>	-

#### 4. Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2024 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

#### IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2024 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das políticas contabilísticas materiais e outras notas explicativas, de acordo com as Normas de Contabilidade NIRF emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (Normas de Contabilidade NIRF). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Contabilísticas NIRF emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Normas contabilísticas NIRF).

##### **Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2024 e vão assinadas em seu nome por:

**Maputo, 27 de Agosto de 2024**



**Arsénio Mabote**

**Presidente do Conselho de Administração**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **Relatório dos Auditores Independentes**

#### ***Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA***

##### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (a “Empresa”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2024, e as demonstrações dos lucros ou prejuízos e do outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas que compreendem o resumo das políticas contabilísticas materiais e outras informações explicativas, constantes das páginas 38 a 85.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA em 30 de Junho de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade NIRF emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Normas de Contabilidade NIRF).

##### ***Base de opinião***

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa nos Termos do *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

##### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

##### ***Avaliação da imparidade dos activos de exploração e avaliação (investimento em curso), dos activos minerais e da instalação central de processamento***

Por favor, consulte as notas de política contabilística 3.5. Activos de exploração e avaliação (investimento em curso), activos minerais e CPF, 3.8. Imparidade de activos 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e nota 11. Propriedade, instalações e equipamento das demonstrações financeiras



**KPMG Auditores e Consultores, SA**  
**Edifício KPMG**  
Rua 1.233, Nº 72 C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: mz-fminformation@kpmg.com  
web: www.kpmg.co/mz

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### Relatório dos Auditores Independentes

#### *Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA*

##### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (a “Empresa”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2024, e as demonstrações dos lucros ou prejuízos e do outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas que compreendem o resumo das políticas contabilísticas materiais e outras informações explicativas, constantes das páginas 38 a 85.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA em 30 de Junho de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade NIRF emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Normas de Contabilidade NIRF).

##### **Base de opinião**

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa nos Termos do *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

##### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

##### ***Avaliação da imparidade dos activos de exploração e avaliação (investimento em curso), dos activos minerais e da instalação central de processamento***

Por favor, consulte as notas de política contabilística 3.5. Activos de exploração e avaliação (investimento em curso), activos minerais e CPF, 3.8. Imparidade de activos 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e nota 11. Propriedade, instalações e equipamento das demonstrações financeiras

<i>Matéria Relevante de Auditoria</i>	<i>Como foi abordada a matéria na nossa auditoria</i>
<p>Os activos de exploração e avaliação da Empresa (investimento em curso), os activos minerais e a instalações central de processamento (CPF) constituem uma parte significativa da propriedade, instalações e equipamento, sendo 145 milhões de USD do saldo total da propriedade, instalações e equipamento de 147 milhões de USD.</p> <p>Os activos de exploração e avaliação (investimento de capital em curso), os activos minerais e a unidade central de processamento (CPF) devem ser avaliados anualmente quanto a indicadores de imparidade e, devido à natureza da classe de activos, isto envolve uma quantidade significativa de julgamento na estimativa de reservas, fluxos de caixa futuros e valores presentes.</p> <p>Os pressupostos significativos envolvidos na realização da avaliação da imparidade dos activos de exploração e avaliação (investimento de capital em curso), dos activos minerais e da instalação central de processamento (CPF) incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as reservas minerais remanescentes;</li> <li>• preços do petróleo e gás no mercado internacional;</li> <li>• taxa de desconto;</li> <li>• vida útil estimada;</li> <li>• taxas de juro futuras; e</li> <li>• produção planeada.</li> </ul> <p>A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante na auditoria das demonstrações financeiras devido elevada incerteza inerente às estimativas.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliámos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos quanto à sua razoabilidade.</li> <li>• Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para garantir que as suas avaliações de imparidade foram adequadamente realizadas e revistas.</li> <li>• Utilizámos o trabalho do especialista da gestão para avaliar as reservas minerais remanescentes e avaliámos as competências, a capacidade e a relação do especialista da gestão, verificando as suas qualificações, associações profissionais e experiência.</li> <li>• Avaliámos a relevância e fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista em gestão através da comparação dos preços do petróleo e gás e da taxa de desconto utilizada nos cálculos do especialista em gestão com fontes externas independentes.</li> <li>• Avaliámos a vida útil estimada utilizada nos cálculos, tendo em conta as estimativas de reservas minerais remanescentes, a capacidade de produção anual e a licença de exploração aprovada da Empresa.</li> <li>• Efectuámos uma análise de sensibilidade aos valores actuais.</li> <li>• Avaliámos também a adequação das divulgações da Empresa relativamente às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras face aos requisitos da NIC 36, Imparidade de activos.</li> </ul>

### **Provisão para encerramento e reabilitação do local**

Por favor, consulte a nota da política contabilística 3.7 Provisões, a nota 4 Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos e a nota 19 Provisões, das demonstrações financeiras.

<p>A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final da vida do projeto, de acordo com o contrato de produção de petróleo assinado para a concessão atribuída. É reconhecida uma provisão, no valor de 54 milhões de USD, relativamente aos custos estimados para encerrar e reabilitar o local.</p> <p>O cálculo da provisão exige um julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, dada a natureza única de cada local e as potenciais obrigações associadas. Estes cálculos são descontados para determinar o valor atual dos custos de reabilitação do local.</p> <p>A restauração e a reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido uma atividade limitada de restauração e reabilitação em relação à qual se podem comparar estimativas de custos futuros, bem como alterações na legislação e regulamentação local.</p> <p>Os pressupostos significativos envolvidos, ao estimar a provisão incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• o exfluxo de benefícios económicos necessários;</li><li>• elementos de custo no final da concessão;</li><li>• cronograma de cada componente de custo</li><li>• taxa de inflação; e</li><li>• taxa de desconto.</li></ul> <p>A abordagem da administração em relação a restauração e a reabilitação envolve cálculos complexos e pode ter um impacto material no montante da provisão constituída, pelo que é considerada uma matéria relevante de auditoria devido a elevada incerteza das estimativas.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizámos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliámos as obrigações legais e/ou construtivas em relação a restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais.</li><li>• Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que a provisão é devidamente calculada e revista.</li><li>• Utilizámos o trabalho do especialista da gestão na avaliação do encerramento do local e da provisão de reabilitação e avaliámos as competências, a capacidade e a relação do especialista da gestão, verificando as suas qualificações, associações profissionais e experiência.</li><li>• Avaliámos a relevância e a fiabilidade dos dados e pressupostos utilizados pelo especialista da gestão, comparando a taxa de desconto e a taxa de inflação aplicadas com dados de terceiros e normas do sector, e revendo os fluxos de caixa futuros esperados e o tempo nos cálculos do valor actual líquido.</li><li>• Efectuámos uma análise de sensibilidade à taxa de desconto utilizada no cálculo do valor actual líquido da provisão.</li><li>• Avaliámos a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão para encerramento e reabilitação do local nas demonstrações financeiras, de acordo com a NIC 37, Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.</li></ul>
--	---



### ***Outra informação***

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a informação corporativa, mensagem do Presidente do Conselho de Administração, relatório do conselho de administração e a declaração de responsabilidade dos administradores mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou se doutra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

### ***Responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras***

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Contabilidade NIRF emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Normas de Contabilidade NIRF), assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir a preparação das demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa realista senão fazê-lo.

### ***Responsabilidades dos Auditores para a auditoria às demonstrações financeiras***

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto de continuidade.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas esperadas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de tal comunicação.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:



**Hem Chandra Joshi, OCAM n° 57/CA/OCAM/2014**

Sócio

30 de Agosto de 2024

## V. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo em 30 de Junho de 2024

(Montantes em USD)	Notas	30 de Junho de 2024	30 de Junho de 2023
Rédito	6	119 944 911	131 407 443
Custo de vendas	7	(41 953 884)	(38 413 870)
<b>Lucro bruto</b>		<b>77 991 027</b>	<b>92 993 573</b>
Custos administrativos	7.1	(10 041 143)	(8 436 374)
Outro rendimento		380 032	279 253
		<b>68 329 916</b>	<b>84 836 452</b>
<b>Rendimento financeiro líquido</b>	8	<b>14 221 996</b>	<b>11 331 668</b>
Rendimento financeiro		17 099 651	15 632 595
Custo financeiro		(2 877 655)	(4 300 927)
		<b>82 551 912</b>	<b>96 168 120</b>
<b>Lucro antes do imposto</b>		<b>82 551 912</b>	<b>96 168 120</b>
Imposto sobre o rendimento	9	(27 829 549)	(31 339 478)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>54 722 363</b>	<b>64 828 642</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
<i>Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos</i>			
Remensuração do activo de benefício definido, líquido de imposto	24(b)	(1 117 237)	2 190 628
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>53 605 126</b>	<b>67 019 270</b>
<b>Resultados por acção</b>			
Básicos	10	9.22	10.92
Diluídos	10	9.22	10.92

As notas das páginas 42-85 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VI. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Montantes em USD)	Notas	2024	2023
<b>ACTIVOS</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Propriedade, instalações e equipamento	11	147 313 830	154 196 474
Activos intangíveis	12	3 622 750	3 894 409
Activos líquidos de benefício definido	23	599 554	1 898 745
<b>Activos não correntes</b>		<b>151 536 134</b>	<b>159 989 628</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	2 262 779	2 317 730
Clientes	14	14 002 326	14 639 294
Outras contas a receber	14	34 100 456	29 499 129
Impostos a receber	14.3	4 076 881	4 075 915
Caixa e equivalentes de caixa	15	172 825 454	171 988 922
<b>Activos correntes</b>		<b>227 267 896</b>	<b>222 520 990</b>
<b>Total de activos</b>		<b>378 804 030</b>	<b>382 510 618</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	18	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		217 344 837	217 360 872
<b>Total de capital próprio</b>		<b>261 985 638</b>	<b>262 001 673</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	19	43 209 724	56 514 306
Outras contas a pagar	20	79 480	140 595
Empréstimos	21	11 581 621	-
Passivo por imposto diferido	9.3	34 974 158	37 765 489
<b>Passivos não correntes</b>		<b>89 844 983</b>	<b>94 420 390</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Provisões	19	10 616 659	2 555 287
Fornecedores e outras contas a pagar	20	9 505 540	8 233 619
Empréstimos	21	4 346 600	-
Contas a pagar entre empresas do grupo	22	45 023	63 480
Passivo por imposto sobre o rendimento corrente	9.4	2 459 587	15 236 169
<b>Passivos correntes</b>		<b>26 973 409</b>	<b>26 088 555</b>
<b>Total de passivos</b>		<b>116 818 392</b>	<b>120 508 945</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>378 804 030</b>	<b>382 510 618</b>

Nas demonstrações financeiras do exercício anterior, os impostos a receber foram apresentados numa base agregada, com outras contas a receber. Para o exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2024, a empresa apresentou os saldos dos impostos a receber separadamente nas demonstrações financeiras do período comparativo. Esta reclassificação foi efectuada devido à natureza distinta dos impostos a receber.

As notas das páginas 42-85 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo em 30 de Junho de 2024

(Montantes em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
<b>Saldo em 30 de Junho de 2022</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>187 265 080</b>	<b>231 905 881</b>
Lucro do exercício	-	-	-	64 828 642	64 828 642
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	2 190 628	2 190 628
Dividendos declarados	-	-	-	(36 923 478)	(36 923 478)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2023</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>217 360 872</b>	<b>262 001 673</b>
Lucro do exercício	-	-	-	54 722 363	54 722 363
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(1 117 237)	(1 117 237)
Dividendos declarados	-	-	-	(53 621 161)	(53 621 161)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2024</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>217 344 837</b>	<b>261 985 638</b>

As notas das páginas 42-85 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## VIII. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2024

(Montantes em USD)	Notas	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		54 722 363	64 828 642
<i>Ajustamentos para:</i>			
Depreciação e amortização	7	22 959 238	20 480 548
Prejuízos cambiais não realizados	8	( 84 609)	( 47 221)
Rendimento financeiro	8	( 17 099 651)	( 15 078 917)
Custo financeiro	8	2 877 655	3 059 307
Perdas em abates de activos tangíveis		-	4 620
Imposto sobre o rendimento	9	27 829 549	31 339 478
		<b>91 204 546</b>	<b>104 586 457</b>
<i>Variações em:</i>			
Contas a pagar entre empresas do grupo		( 18 457)	( 367 714)
Clientes e outras contas a receber		( 360 138)	( 7 049 146)
Inventários		54 951	( 1 215 023)
Benefícios dos empregados		( 76 676)	( 1 890 810)
Fornecedores e outras contas a pagar		1 271 921	( 532 453)
Caixa gerado das actividades operacionais		<b>92 076 147</b>	<b>93 531 312</b>
Custos financeiros pago		( 370 891)	( 180 764)
Imposto sobre o rendimento pago	9	( 43 397 463)	( 26 432 049)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<b>48 307 793</b>	<b>66 918 499</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de bilhetes de tesouro	14	( 28 498 048)	( 25 952 427)
Rendimento de bilhetes de tesouro	14	25 952 427	-
Juros recebidos	8	15 810 505	16 399 306
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento*	11	( 20 645 974)	( 2 156 362)
Adições de activos de exploração e avaliação e CPF **	11	( 950 184)	( 199 827)
Aquisição de activos intangíveis	11	( 377 411)	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<b>( 8 708 685)</b>	<b>( 11 909 310)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
Desembolso de empréstimo		15 928 221	-
Dividendos pagos		( 53 621 161)	( 36 923 478)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		<b>( 37 692 941)</b>	<b>( 36 923 478)</b>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1 906 167	18 085 711
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		171 988 922	154 556 309
Efeitos dos movimentos cambiais em caixa detido		( 1 069 635)	( 653 098)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	<b>172 825 454</b>	<b>171 988 922</b>

\*Nas demonstrações financeiras do exercício anterior, a aquisição de propriedade, instalações e equipamentos e activos de mineração foi apresentada em uma base agregada, com o total totalizando USD 2 356 189. Para o exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2024, a empresa apresentou a aquisição de propriedade, instalações e equipamentos e activos de mineração separadamente e actualizou as demonstrações financeiras do período comparativo também para refletir e distinguir a natureza da aquisição.

\*\*Nas demonstrações financeiras do ano anterior, o custo financeiro foi revertido até ao montante do juro notional. A empresa actualizou as demonstrações financeiras do período comparativo para incluir outros custos financeiros e apresentou o custo financeiro pago, separadamente.

As notas nas páginas 42-85 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## IX. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Entidade Relatora

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe *Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH)*, que detém 70% das acções da empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A empresa foi nomeada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), realizar as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002 cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane. Visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o rédito é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de venda dos direitos de concessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.



## 2. Base de Preparação

### 2.1 Base contabilística e conformidade com a (NIRF)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas IFRS emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (“Normas Contabilísticas IFRS”), com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

### 2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

### 2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

À data de aprovação das demonstrações financeiras da empresa para o exercício findo em 30 de Junho de 2024, as seguintes Normas e Interpretações estavam emitidas mas ainda não eram efectivas:

#### *Com data de entrada em vigor por determinar*

Venda ou contribuição de activos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto (emendas às NIRF 10 e NIC 28)

#### *Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2024*

- Classificação de passivos como Correntes ou Não Correntes e Passivos não correntes com com Convênios - Emendas à NIC 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras
- Passivo de locação numa venda e relocação – Emendas à NIRF 16 Locações
- Emendas à NIC 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e NIRF 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de financiamentos com fornecedores

#### *Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2025*

- Falta de permutabilidade - Emendas à NIC 21 Efeitos nas mudanças de taxas de câmbio

*Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2026*

- Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Emendas à NIRF 9 Instrumentos financeiros e NIRF 7 Instrumentos financeiros: Divulgações

- Melhorias anuais nas NIRF Normas de Contabilidade – Emendas à:

NIRF 1 Adoção pela Primeira vez das NIRF

NIRF 7 Instrumentos financeiros: Divulgações e respectiva orientação de acompanhamento na implementação da NIRF 7

NIRF 9 Instrumentos financeiros

NIRF 10 Demonstrações financeiras consolidadas; e

NIC 7 Demonstração do Fluxo de Caixa

*Com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2027*

NIRF 18, Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;

NIRF 19, Subsidiárias sem responsabilidade pública;

Todas as normas relevantes e interpretações serão adoptadas na sua data de entrada em vigor. Não se espera impactos financeiros significativos de relato nas demonstrações financeiras da empresa.

*Durante o ano entraram em vigor as seguintes normas e interpretações:*

- NIRF 17 Contratos de Seguros, incluindo as emendas Aplicação Inicial NIRF 17 e NIRF 9 - Informação comparativa

- Definição de estimativas contabilísticas – Emendas à NIC 8 Políticas Contabilísticas, erros e alterações nas estimativas contabilísticas

- Iniciativa de divulgação: Políticas contabilísticas – Emendas à NIC 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e NIRF Declaração de práticas 2 Fazendo Julgamentos de Materialidade

- Impostos diferidos activos e passivos originados por única transação – Emendas à NIC 12 Imposto Sobre o Rendimento

- Emendas à NIC 12 – Reforma na Tributação Internacional – Pilar dois do modelo de regras

Estas normas que entraram em vigor não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

### 3. Resumo das políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Operações Conjuntas

Conforme mencionado na nota 1, a Entidade é parte da operação conjunta com 25% de interesse participativo. As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a locação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e rédito das operações.

#### 3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

#### 3.3. Instrumentos Financeiros

##### *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significativa) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo

valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

### *Classificação e mensuração*

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

### *Activos financeiros escriturados ao custo amortizado*

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Os com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber" (resultantes de transacções no âmbito da NIRF 15) e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela provisão para perdas de crédito esperadas (ECL). Os rendimentos financeiros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros, a entidade considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenda a essa condição. A entidade aplicou abordagem simplificada e utilizou matriz de imparidade para o cálculo da mesma referente as suas contas a receber contabilizados ao custo amortizado, uma vez que não compreendem nenhum componente financeiro significativo. O modelo de perda de crédito esperada envolve uma abordagem de três estágios em que os activos financeiros passam pelos três estágios à medida que sua qualidade de crédito muda.

Entidade determina como mensura as perdas por redução ao valor recuperável e aplica o método de juros efectivos. Uma abordagem simplificada é permitida para activos financeiros que não possuem um componente de financiamento significativo (por exemplo, contas a receber de clientes). Para mensurar a perda de crédito esperada, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhado e nos dias de atraso.

### *Desreconhecimento*

#### *Activos financeiros*

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

#### *Passivos financeiros*

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

### *Capital Social*

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

### **3.4. Propriedade, instalações e equipamento**

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) da propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação das receitas de venda com quantia escriturada dos itens de Propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas.

O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos indirectos que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades provadas são capitalizados como activos minerais no activo imobilizado na data do comissionamento. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### *Custos subsequentes*

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O

custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

### *Depreciação*

O Custo de desenvolvimento capitalizado é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos peritos entidade utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro. Para adequação dos números de reservas, a entidade também consulta o Relatório do consultor externo (o relatório de vendas e reservas do operador de Operações Conjuntas).

Para os outros activos, as depreciações são reconhecidas em lucros e perdas numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de Propriedade, instalações e equipamento. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- |                       |             |
|-----------------------|-------------|
| - Veículos automóveis | 4 - 5 anos  |
| - Equipamento         | 4 – 10 anos |
| - Edifícios           | 50 anos     |

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

### **3.5. Activos de exploração e avaliação (investimento de capital em curso), activos minerais e CP**

O método dos esforços bem sucedidos é usado para contabilizar as actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentos da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extracção de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou prejuízos, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como



activos minerais na da propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas são mensuradas ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

Os activos de exploração e avaliação são desreconhecidos assim que os direitos de exploração cessam.

### 3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subsequentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. A empresa revê o método, período do consumo do activo e quantia escriturada do activo intangível em cada data de relato. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000 que expirará em 2034. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear até 2029.

#### *Custos subsequentes*

A despesa subsequente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada, é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

### 3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e acções judiciais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal presente ou construtiva como resultado de eventos passados; é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação; e o montante pode ser estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local é reconhecida como e quando surge a responsabilidade ambiental.

Quando uma obrigação de abandono e ambiental resulta de actividades de desenvolvimento de minas, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação resulta das actividades de produção de minas, os custos são capitalizados. As provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de

impostos, reflectindo as taxas de mercado actuais e os riscos específicos do passivo. As alterações às provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do activo associado são adicionadas ou deduzidas ao quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. O cálculo da provisão requer o julgamento da gestão em estimar custos futuros, dada a natureza única de cada local e potencial obrigação nele associada. Os cálculos são descontados para se determinar o valor presente do custo de reabilitação. A reabilitação e restauração de cada local é relativamente única indo contra as estimativas de custos futuros e mudanças nas leis e normas locais.

### 3.8. Imparidade dos Activos

A Empresa reconhece as provisões para Perdas de Crédito Esperadas sobre activos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A empresa calcula as perdas de crédito esperadas ao longo da vida para todas as contas a receber sem uma componente de financiamento significativa. Para todos os outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a entidade usa a abordagem geral para determinar as perdas de crédito esperadas e avalia se o aumento no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é significativo ou não.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 30 dias.

#### *Definição de incumprimento:*

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para acções como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juro efectiva do activo financeiro.

#### *Activos financeiros com imparidade*

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro sofre uma "imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- É provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perda de crédito esperada na demonstração da posição financeira*

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados ao custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

#### *Abate*

A quantia bruta escriturada de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento

que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ao activo poderiam ainda estar sujeitos a actividades de aplicação, a fim de cumprir os procedimentos da Empresa para a recuperação dos montantes devidos.

### *Activos não financeiros*

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, para além dos inventários, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. A empresa classifica o activo de exploração e avaliação e a Unidade Central de Processamento (CP) CP como uma Unidade Geradora d Caixa (UGC).

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes das dos outros activos, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, excepto na medida em que o imposto resulte de uma transacção ou evento que seja reconhecido, no mesmo período ou num período diferente, fora dos lucros ou prejuízos, quer em outro rendimento integral, quer directamente no capital próprio.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e a respectiva base de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os direitos de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus direitos e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

### 3.10. Benefícios dos empregados

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

#### Plano de contribuição definida

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o justo valor de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outro Rendimento Integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para

mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

### Benefícios a curto prazo

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

### 3.11. Inventários

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo dos líquidos de gás natural é determinado utilizando o método de avaliação primeiro a entrar primeiro a sair (*first-in-first-out - FIFO*) enquanto o custo do processo, manutenção e outros materiais é determinado utilizando o preço de custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio, menos o custo de conclusão e as despesas de venda.

### 3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito é mensurado com base na contraprestação especificada num contrato com um cliente. A empresa reconhece o rédito no momento em que entrega os bens e a entrega é reconhecida pelo cliente. Tendo em conta os contratos de venda de gás das operações conjuntas, as vendas são efectuadas a crédito a trinta dias. Não existem obrigações de desempenho que sejam cumpridas ao longo do tempo.

O rédito é o valor da contraprestação que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido líquido dos rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CP.

O rédito dos serviços é gerado pelo processamento do gás do Acordo de Partilha de Produção (APP) nas instalações de processamento das operações conjuntas e a obrigação de desempenho é cumprida no momento em que o gás recebido é entregue no ponto de venda da CPF.

O rédito apresentado é relativo à venda da parcela de gás que pertence à empresa nas operações conjuntas.

### **3.13. Custos operacionais**

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais conjuntas.

### **3.14. Dividendos**

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos. Consequentemente, a empresa considera que o montante de dividendos pagos, conforme aprovado pelos accionistas, deve ser deduzido dos resultados transitados.

### **3.15. Rendimentos e custos financeiros**

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como rendimento financeiro ou custos financeiros.

### **3.16. Resultados por acção**

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.



#### 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas como julgamentos e premissas significativos estão envolvidos na avaliação das reservas minerais remanescentes, preços de petróleo e gás no mercado internacional, taxas de juros futuras e a base do processo de orçamentação e estimativas de custos futuros para diferentes projectos de reabilitação em vista das obrigações relevantes. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos;

- na mensuração da vida útil da Propriedade, instalações e equipamento (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação da Propriedade, instalações e equipamento;
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local;
- na estimativa dos fundos necessários para a obrigação de restauração.

As reservas são estimadas usando o método de reservas remanescentes materiais considerando mudanças na pressão, quantidade de gás produzida, pressão dos reservatórios inicial e corrente e o factor de compressibilidade do gás.

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 11 - Mensuração da Propriedade, instalações e equipamentos: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 19 - Reconhecimento e mensuração da provisão para abandono e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

### Mensuração do justo valor

Uma série de políticas e divulgações contabilísticas da Empresa requerem a mensuração de justos valores, tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros.

A Empresa possui uma estrutura de controlo estabelecida relativamente à mensuração dos justos valores. A entidade reguladora analisa os dados não observáveis e os ajustamentos de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, forem utilizadas para mensurar justos valores, então a equipa de avaliação avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificado na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativo para a mensuração.

### 5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

## 6. Rédito

	2024 USD	2023 USD
Gás Natural	116 098 338	128 127 335
Condensado	3 158 776	3 280 108
PSA (Serviços de processamento)	687 796	-
	<b>119 944 911</b>	<b>131 407 443</b>

## 7. Custo de venda

	Nota	2024 USD	2023 USD
Salário e custos relacionados (a)		1 968 119	1 808 940
Contribuição para o Instituto Nacional de Segurança Social (b)		60 523	55 628
Custos operacionais - Operações conjuntas (c)		16 966 004	16 068 754
Custos de depreciação e amortização (d)	11 & 12	22 959 238	20 480 548
		<b>41 953 884</b>	<b>38 413 870</b>

(a) Refere-se à participação da empresa nos custos relativos aos colaboradores nos campos de gás e CP.

(b) Refere-se às contribuições do operador da operações conjuntas para o plano de contribuição definida gerido pelo Estado.

(c) Refere-se à contribuição da empresa nos custos operacionais incorridos nas operações conjuntas pela operadora. O valor inclui custos de engenharia, custos de manutenção e despesas de rotina na área de gás e CP.

(d) É composto principalmente pela depreciação dos activos de exploração e avaliação e do CP que é calculada com base nas reservas estimadas.

## 7.1 Custos administrativos

	2024 USD	2023 USD
<b>Fornecimentos e serviços</b>	<b>2 696 729</b>	<b>2 387 030</b>
Honorários de consultoria	161 561	219 891
Honorários de auditoria	39 950	36 990
Programa de desenvolvimento social	1 222 964	1 253 149
Viagens	178 974	105 625
Manutenção e reparação	8 114	15 941
Serviços prestados pela a ENH	193 947	169 816
Outros custos	891 219	585 618
<b>Custos com pessoal</b>	<b>7 344 414</b>	<b>6 049 344</b>
Remuneração dos empregados	5 260 672	4 300 102
Remuneração dos Administradores	1 039 075	792 886
Segurança social	196 541	164 076
Formação	519 829	118 871
Segurança Social Complementar	328 297	487 409
Outros custos com pessoal	-	186 000
	<b>10 041 143</b>	<b>8 436 374</b>

## 8. Rendimento/(custo) financeiro líquido

	2024 USD	2023 USD
<b>Rendimento financeiro</b>	<b>17 099 651</b>	<b>15 632 595</b>
Juros	16 877 195	15 078 917
Ganhos cambiais	222 456	553 678
<b>Custo financeiro</b>	<b>( 2 877 655)</b>	<b>( 4 300 927)</b>
Juro nocional sobre o efeito das disposições ambientais	( 2 284 308)	( 2 878 543)
Perdas cambiais	( 307 065)	( 1 241 620)
Juros pagos	( 168 331)	-
Despesas bancárias	( 117 951)	( 180 764)
<b>Rendimento financeiro líquido</b>	<b>14 221 996</b>	<b>11 331 668</b>

Nota

Receitas de juros referem-se aos depósitos a taxa fixa nas contas *onshore* e *offshore*. Neste ano mais fundos foram mantidos nas contas de depósitos fixos, o que resultou em maiores rendimentos de juros.

## 9. Imposto Sobre o Rendimento

	2023 USD		2022 USD	
<b>9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos</b>				
<b>Imposto corrente</b>				
Exercício corrente	30 620 880		34 909 079	
<b>Imposto diferido</b>				
Origem e reversão de diferenças temporárias <sup>1</sup>	( 2 791 331)		( 3 569 601)	
	<u>27 829 549</u>		<u>31 339 478</u>	
<b>9.2 Reconciliação da taxa efectiva</b>				
Lucro antes de imposto	82 551 914		96 168 120	
Imposto usando de acordo com a taxa da empresa	32% 26 416 612	32%	30 773 798	
Despesas não dedutíveis (9.2 a)	0.20% 52 163	0.22%	66 632	
Depreciações não dedutíveis (9.2 b)	5.20% 1 360 774	0.78%	499 048	
	34% <u>27 829 549</u>	33%	<u>31 339 478</u>	
(9.2a) Refere-se a custos de veículos ligeiros de passageiros, despesa de representação, imposto por conta de outrem e diferenças de câmbio não realizadas.				
(9.2b) A depreciação refere-se a limitação dos montantes aceites em conformidade com a lei fiscal.				
<b>9.3 Passivo por imposto diferido</b>				
	2024	Saldo liquido 30 de Junho de 2024	Reconhecimento em lucros e	Saldo liquido 30 de Junho de 2023
Propriedade, instalações e equipamentos		33 907 313	( 2 627 077)	36 534 389
Activos intangíveis		1 038 509	( 207 702)	1 246 211
Ganhos cambiais não realizados		28 337	43 448	( 15 111)
		<u>34 974 158</u>	<u>( 2 791 331)</u>	<u>37 765 489</u>
	2023	Saldo liquido 30 de Junho de 2023	Reconhecimento em lucros e perdas	Saldo liquido 30 de Junho de 2022
Propriedade, instalações e equipamentos		36 534 389	( 3 855 962)	40 390 351
Activos intangíveis		1 246 211	( 207 702)	1 453 913
Ganhos cambiais não realizados		( 15 111)	494 063	( 509 174)
		<u>37 765 489</u>	<u>( 3 569 601)</u>	<u>41 335 090</u>
<b>9.4 Imposto sobre rendimento a pagar</b>				
Saldo inicial	15 236 169		6 759 139	
Pagamento durante o exercício	( 43 397 463)		( 26 432 049)	
Imposto corrente	30 620 881		34 909 079	
Saldo de fecho	<u>2 459 587</u>		<u>15 236 169</u>	

<sup>1</sup> As diferenças temporárias na propriedade, instalações e equipamento, são principalmente relativos à obrigação de abandono dos activos e Central de processamento.

As autoridades tributárias em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às Autoridades Tributária permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas Autoridades Tributária.

## 10. Resultados por acção e dividendos por acção

### 10.1 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 54 722 363 (2023: USD 64 828 642) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2023: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros dilutivos à data de relato.

A reconciliação da quantidade de acções não é necessária, uma vez que não houve mudança nos números de base. O resultado por acção é USD 9.22 (2023: USD 10.92).

### 10.2 Dividendos por acção

O dividendo por acção ascende a USD 9.04 (2023: USD 6.22).

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios	Veículos e Equipamento	Activos de Exploração, Avaliação, Mineração e CP	Investimento em curso	Total
	USD	USD	USD	USD	USD
<b>Custo</b>					
Saldo em 30 de Junho de 2022	2 033 209	1 413 472	315 191 254	45 052 990	363 690 925
Adições	-	75 040	199 827	2 081 322	2 356 188
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação (a)	-	-	( 12 427 231)	-	( 12 427 231)
Alienação	-	( 348 771)	-	-	( 348 771)
Transferências	-	120 000	35 684 480	( 35 804 480)	-
Saldo em 30 de Junho de 2023	2 033 209	1 259 741	338 648 330	11 329 832	353 271 112
Saldo em 30 de Junho de 2023	2 033 209	1 259 741	338 648 330	11 329 832	353 271 112
Adições	-	374 684	950 184	20 271 290	21 596 158
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	( 6 168 633)	-	( 6 168 633)
Alienação	-	( 32 294)	-	-	( 32 294)
Transferências	-	-	4 769 519	( 4 769 519)	-
Saldo em 30 de Junho de 2024	2 033 209	1 602 130	338 199 400	26 831 603	368 666 342
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldo em 30 de Junho de 2022	445 788	994 521	178 147 002	-	179 587 311
Depreciação do exercício	40 664	329 116	19 461 698	-	19 831 478
Alienações	-	( 344 151)	-	-	( 344 151)
Saldo em 30 de Junho de 2023	486 452	979 486	197 608 700	-	199 074 638
Saldo em 30 de Junho de 2023	486 452	979 486	197 608 700	-	199 074 638
Depreciação do exercício	40 664	314 062	21 955 442	-	22 310 168
Alienação	-	( 32 294)	-	-	( 32 294)
Saldo em 30 de Junho de 2024	527 116	1 261 254	219 564 142	-	221 352 512
<b>Quantia escriturada</b>					
Em 30 de Junho de 2022	1 587 421	418 951	137 044 252	45 052 990	184 103 614
Em 30 de Junho de 2023	1 546 757	280 255	141 039 630	11 329 832	154 196 474
Em 30 de Junho de 2024	1 506 093	340 876	118 635 257	26 831 603	147 313 830

(a) Trata-se de um aumento da estimativa dos custos de encerramento e de reabilitação do local.

O aumento e diminuição do activo de restauração e reabilitação do local não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os Activos de Exploração e Avaliação (investimento de capital em curso) e CPF compreendem 25% da despesa de capital da operação conjunta, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CPI Planta de Instalação Central de Processamento.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação (investimento em curso), activos de mineração e CPF, incluindo:

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxas de desconto;
- Vida útil estimada;
- Taxas de juros futuras; e
- Produção planeada.

Como resultado da avaliação, não foi identificada qualquer imparidade.

O ajustamento no custo de encerramento e reabilitação do local representa as alterações nas taxas de desconto e uma alteração na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

## 12. Activos Intangíveis

	Concessão USD	Software USD	Total USD
<b>Custo</b>			
Em 30 de Junho de 2022	19 234 335	-	19 234 335
Adições	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2023	19 234 335	19 234 335	19 234 335
Em 30 de Junho de 2023	19 234 335	-	19 234 335
Adições	-	-	-
Investimento em curso	-	377 411	377 411
Saldo em 30 de Junho de 2024	19 234 335	377 411	19 611 746
<b>Amortização Acumulada</b>			
Em 30 de Junho de 2022	14 690 856	-	14 690 856
Amortização do exercício	649 070	-	649 070
Saldo em 30 de Junho de 2023	15 339 926	-	15 339 926
Em 30 de Junho de 2023	15 339 926	-	15 339 926
Amortização do exercício	649 070	-	649 070
Saldo em 30 de Junho de 2024	15 988 996	-	15 988 996
<b>Quantia escriturada</b>			
Em 30 de Junho de 2022	4 543 479	-	4 543 479
Em 30 de Junho de 2023	3 894 409	-	3 894 409
Em 30 de Junho de 2024	3 245 339	377 411	3 622 750

Os activos intangíveis são constituídos por taxas/custos de licença transferidos da empresa-mãe ENH, para o projecto de gás (campos de Pande e Temane). Inicialmente, os direitos de concessão estavam em nome da ENH, tendo sido transferidos para a CMH aquando da sua incorporação e estes custos estão a ser amortizados ao longo da vida da concessão.



O SAP S/4 HANA, em curso, é um software de gestão integrada que deverá entrar em funcionamento durante o próximo exercício.

### 13. Inventário

	2024 USD	2023 USD
Materiais de manutenção	2 262 779	2 317 730
	<b>2 262 779</b>	<b>2 317 730</b>

### 14. Clientes e outras contas a receber

	2024 USD	2023 USD
<b>14.1) Clientes</b>	14 002 326	14 639 294
Clientes das Operações Conjuntas (Nota 26.2)	14 002 326	14 639 294
<b>14.2) Outras contas a receber</b>	34 100 456	29 499 129
Bilhetes de Tesouro (a)	28 490 924	25 952 427
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 125 130	985 258
Pré-pagamento	1 477 875	621 607
Juro recebidos	3 006 527	1 939 837
<b>14.3) Contas a receber do imposto</b>		
Reembolso do imposto	4 076 881	4 075 915

(a) Estes são referentes aos bilhetes de tesouro do Governo a curto prazo. O detalhe sobre os bilhetes de Tesouro é como se segue:

Data da transação	Data de Maturidade	Nome do Instrumento	Moeda	Valor Facial (MZN)	Montante em USD	Taxa de Juro Bruta
3/4/2024	3/7/2024	BT03072024	MZN	1 561 947 000	23 225 787	17.00%
22/5/2024	21/8/2024	BT21082024	MZN	354 041 000	5 265 137	16.95%

## 15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024 USD	2023 USD
Caixa disponível	44	415
Caixa em bancos	172 825 410	171 988 507
Conta <i>On-shore</i> da CMH (i)	151 566 692	46 410 993
Conta de Receitas (ii)	20 379 920	2 662 201
Depósitos a taxa fixa – conta <i>onshore</i> (iii)	878 798	75 915 313
Depósitos a taxa fixa – conta USD <i>offshore</i> (iv)	-	47 000 000
	<b>172 825 454</b>	<b>171 988 922</b>

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. A conta *Onshore* da CMH (Conta *Onshore* em Meticais e Conta *Onshore* em Dólares) – as receitas recebidas em Meticais são depositadas na conta onshore e parte da chamada de caixa é paga em Meticais através desta conta. Os custos administrativos da CMH são pagas através desta conta. Durante o ano foram transferidos montantes das contas off shore para contas on shore que resultaram em aumento significativo do saldo.
- ii. As Contas de Receitas – Todo rédito recebido em Dólares Norte Americanos é depositado nesta conta e parte das chamadas de caixa é paga por esta conta.
- iii. Depósitos de taxa fixa – A CMH investe seus saldos excedentes em depósitos de taxa fixa junto aos bancos para rentabilizar. Estes são considerados como caixa e equivalentes de caixa devido à natureza de curto prazo. Estes depósitos tem taxas de juro fixas que variam entre 9,00-16,50% para depósitos baseados em MT, e 2,50% a 6,80% para depósitos baseados em USD.
- iv. Depósitos a taxa fixa – conta USD *offshore* - A CMH investe seus saldos excedentes em depósitos de taxa fixa junto aos bancos para rentabilizar. Estes são considerados como caixa e equivalentes de caixa devido à natureza de curto prazo. Estes depósitos tem taxas de juro fixas que variam entre 5,15-5,70%

## 16. Capital Social

		2024 USD		2023 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 292 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

## 17. Reservas Legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2023: USD 5 057 330).

## 18. Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2023: USD 14 296 822).

## 19. Provisões

A provisão refere-se aos custos de encerramento e de reabilitação do local. De acordo com a concessão atribuída, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa existente do custo de restauração e reabilitação do local foi aumentada com o fator de inflação anual para o tempo restante, quanto à reabilitação do local, e esse valor futuro foi descontado (usando uma taxa de desconto de 10,39%) para obter o valor presente dos custos de reabilitação do local. O processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do sítio envolveu pressupostos significativos, incluindo:

- o exfluxo de benefícios económicos necessários;
- elementos de custo no final da concessão;
- o momento de cada componente de custo
- taxa de inflação; e
- taxa de desconto.

	2024	2023
	USD	USD
<b>Longo Prazo</b>		
Saldo de abertura	56 514 306	67 266 699
Juros sobre provisões ambientais (Nota 8)	1 867 656	2 653 231
Capitalizado em activos fixos tangíveis (Nota 11)	( 15 172 238)	( 13 405 624)
Saldo de fecho	<u>43 209 724</u>	<u>56 514 306</u>
<b>Curto Prazo</b>		
Saldo de abertura	2 555 287	4 272 873
Juros sobre provisões ambientais (Nota 8)	416 652	225 311
Capitalizado em activos fixos tangíveis (Nota 11)	9 003 605	978 393
Accionada durante o ano	( 1 358 885)	( 2 921 290)
Saldo de fecho	<u>10 616 659</u>	<u>2 555 287</u>
<b>Total</b>	<u>53 826 383</u>	<u>59 069 593</u>
<b>Fluxo de caixa esperado</b>		
Dentro de um ano	10 616 659	255 287
1 - 5 anos	29 413 476	29 413 476
Mais que cinco anos	13 796 248	27 100 830
<b>Total</b>	<u>53 826 383</u>	<u>56 769 593</u>

## 20. Fornecedores e outras contas a pagar

	2024 USD	2023 USD
<b>Não-corrente</b>	79 480	140 595
<b>Corrente</b>		
Passivos correntes da operação conjunta	9 150 745	7 553 965
Fornecedores	4 674 376	2 742 011
Acréscimos e deferimentos das Operações conjuntas (a)	4 476 369	4 811 954
<b>Outros credores</b>	354 795	679 654
Fornecedores, imposto retido na fonte, IRPS e INSS	296 460	584 243
Acréscimos e outras contas a pagar	58 335	95 411
	<b>9 505 540</b>	<b>8 233 619</b>

(a) Referem-se às diferentes provisões para as actividades das operações conjuntas nas operações do dia-a-dia e actividades de manutenção.

## 21. Empréstimos

	2024 USD	2023 USD
<b>Não corrente</b>	11 581 621	-
BCI	4 934 892	-
NEDBANK	6 646 729	-
<b>Corrente</b>	4 346 600	-
BCI	3 333 333	-
NEDBANK	1 013 266	-
	<b>15 928 221</b>	<b>-</b>

A CMH assinou uma facilidade de crédito de médio prazo de USD 50 000 000 com três bancos comerciais. Os detalhes do credor e das facilidades aprovadas são fornecidos abaixo;

Nome do banco	Standard Bank da Africa do Sul (SBSA)	Banco Comercial e de Investimento (BCI)	Nedbank Moçambique
Finalidade do empréstimo	Para efeitos de financiar a sua participação no projecto do PPA PEDOP.		
Taxa de juro	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.25%
Garantias	Sem garantias		
Prazo	60 meses		
Facilidade total	USD 20 000 000	USD 20 000 000	USD 10 000 000
Facilidade desembolsada	-	USD 8 268 225	USD 7 659 995
Facilidade não desembolsada	USD 20 000 000	USD 11 731 775	USD 2 340 004
Data de contratação	28 de Março de 2024	08 de Fevereiro de 2024	11 de Abril de 2024
Maturidade	29 de Dezembro de 2029	26 de Fevereiro de 2029	10 de Maio de 2029

Foi utilizado um montante total de 15 928 221 USD das facilidades do Banco Comercial e de Investimento (BCI Bank) e do Nedbank Moçambique (Ned Bank), durante o exercício de 2024. O montante desembolsado foi transferido (via pedido de fundos (cash call)) para o operador da Operação conjunta, para realizar o projecto PEDOP. As facilidades são empréstimos a prazo, mas o reembolso dos fundos disponíveis começa após seis meses. Para estas facilidades disponíveis, o reembolso terá início em Novembro de 2024. Prevê-se que a facilidade do SBSA seja utilizada durante o AF25 para financiar os projectos CAPEX.

## 22. Contas a pagar entre empresas do Grupo

	2024 USD	2023 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	45 023	63 480
	<u>45 023</u>	<u>63 480</u>

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de assistência técnica. É pago à curto prazo e não incorre juros.

## 23. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e membros da Direcção Executiva. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Technical service	193 947	169 816	45 023	63 479

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte.

Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento.

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	120 844 448	132 779 112	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	121 400 667	129 228 147	9 150 745	7 553 965

O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de pagamentos à chamadas de caixa (*cash calls*).

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	
		2024 (USD)	2023 (USD)
Operações conjuntas (JO)	Cash calls para despesas	36 108 038	26 608 162

Os compromissos de capital relacionados com as operações conjuntas estão descritos na nota 25.

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transacções ocorreram:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	1 039 075	792 886	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 1 392 727 (2023: USD 1 146 537), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 53 543 (2023: USD 44 078). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.



## 24. Benefícios dos empregados

	2024 USD	2023 USD
Activo de Benefício definido	4 626 902	4 019 568
Passivo de Benefício definido	( 4 027 348)	( 2 120 823)
Activo líquido de benefício definido	<u>599 554</u>	<u>1 898 745</u>

### a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefício definitivo é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, a lei exige que os gestores ajam no melhor interesse dos participantes estabelecendo políticas de investimento. O fundo de benefício definitivo expõe a empresa aos seguintes riscos: actuarial, de longevidade, cambial, taxa de juro e risco do mercado.

## b. Movimento líquido nos benefícios definidos activos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Passivos de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Passivo (Activo) Líquido de Benefício Definido	
	2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)	2024 (USD)	2023 (USD)
<b>Saldo em 1 de Julho</b>	2 120 823	3 593 803	( 4 019 568)	( 3 601 739)	( 1 898 745)	( 7 935)
		0				
<i>Incluindo lucros e perdas</i>	438 811	604 222	( 337 947)	( 429 396)	100 864	174 827
Custo do serviço actual	14 313	160 848	-	-	14 313	160 848
Custo de juros (receita)	424 498	443 375	( 337 947)	( 429 396)	86 552	13 979
<i>Incluído em Outro rendimento integral</i>						
Ganho Actuarial	1 603 906	( 1 950 448)	( 348 060)	( 240 180)	1 255 846	( 2 190 628)
<i>Outros</i>						
Diferença cambial líquida	( 657)	( 1 114)	( 137 952)	1 117	( 138 609)	
<i>Incluído em Outro rendimento integral - líquido</i>						
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	26 717	36 661	( 89 081)	( 140 758)	( 62 363)	( 104 096)
Benefícios pagos	( 162 253)	( 162 303)	162 253	300 383	-	138 080
Despesas pagas	0		143 453	91 004	143 453	91 004
	4 027 348	2 120 823	( 4 626 902)	( 4 019 568)	( 599 554)	( 1 898 745)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

### Obrigação de benefício definido

#### i. Pressupostos actuariais

	2024	2023
Taxa de desconto	11,36%	12,02%
Crescimento salarial futuro	6,50%	7,16%
Crescimento futuro da pensão	0,00%	0,0%
Taxa de inflação	5,50%	6,16%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	-	-
30-35	2	2
35-40	3	5
40-45	1	5
45-50	1	3
50-55	2	1
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Varição percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	4.03	4.03	0.0%
Redução de 1% de inflação salarial	4.03	4.03	0.0%
Taxa de desconto 1% de aumento	4.03	4.03	-1.67%
Taxa de desconto 1% de redução	4.03	4.03	1.87%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – adiante	75%

iv. Plano de composição dos activos

Descrição	Montante (USD)
Titulos públicos e corporativos	4 298 392
Caixa e equivalente de caixa	328 510
Total	4 626 902

## 25. Classificações Contabilísticas e justo valor

Para os activos financeiros, o saldo é uma aproximação razoável do justo valor devido à natureza de curto prazo dos instrumentos. Os Bilhetes de Tesouro compreendem a dívida pública valorizada ao custo amortizado.

Os saldos nos passivos financeiros são uma aproximação razoável aos seus justo valores. As contas apagar e a parte dos financiamentos correntes são de natureza de curto prazo e serão liquidados brevemente. Os financiamentos a Médio e Longo prazo serão liquidados durante o ano financeiro de 2026 e o seu justo valor não se difere de forma material aos saldos devido à componente variável aplicada à taxa de juros.

## 26. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

Junho 2024	Compromissos de capital bruto autorizados USD	Autorizados e contratados USD	Autorizados e não contratados USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
<i>Meric Drilling Campaign</i>	3 951 422	1 697	3 949 725
<i>PEDOP Infill Wells</i>	21 154 477	8 016 162	13 138 315
<i>PEDOP Junction Compression</i>	2 756 994	361 458	2 395 536
<i>PPA Infill Wells Tranche 3</i>	7 086 507	1 701 119	5 385 388
Other projects	7 572 864	29 534 923	2 322 153
<b>Custos administrativos da CMH</b>	<b>2 515 555</b>	<b>-</b>	<b>2 515 555</b>
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	<b>45 037 819</b>	<b>39 615 359</b>	<b>29 706 672</b>
Junho 2023	Compromissos de capital bruto autorizados USD	Autorizados e contratados USD	Autorizados e não contratados USD
<b>Projectos de Operações Conjuntas</b>			
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	4 213 156	446 219	4 659 375
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	18 013 637	8 694 626	9 319 011
<i>Meric Drilling Campaign</i>	9 686 551	2 020 545	7 666 005
<i>PPA Infill Wells Tranche 3</i>	2 347 558	11 671	2 335 887
Outros projectos	6 026 469	924 023	5 102 446
<b>Custos administrativos da CMH</b>	<b>2 257 787</b>	<b>-</b>	<b>2 257 787</b>
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	<b>42 545 158</b>	<b>12 097 084</b>	<b>31 340 511</b>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

## 27. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

### Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da Empresa.

As políticas de gestão de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

## 26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a Empresa está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A Empresa desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

### 26.1.1 Risco Cambial

A Empresa incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Empresa realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical. A empresa gere este risco por garantir que todas as transações significativas são executadas na sua moeda funcional.

## Exposição ao risco cambial

A exposição da Empresa ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2024	2023
	MT	MT
Fornecedores	( 93 804 978)	( 996 525 526)
Caixa e equivalentes de caixa	403 271 916	3 712 890 515
	<u>309 466 937</u>	<u>2 716 364 989</u>

Abaixo apresentam-se as taxas de câmbio que foram aplicadas durante o exercício;

	Taxa média		Taxa à vista	
Data de Relato	30 de Junho 2024	30 de Junho 2023	30 de Junho 2024	30 de Junho 2023
MT por USD	64.53	64.51	64.53	64.51

## Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Empresa, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 49 535 (2023: USD 421 119). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.2 Risco da taxa de juro

A Empresa não está exposta às alterações das taxas de juros dos seus depósitos a prazo, uma vez que o Conselho de Administração adopta a política de taxas de juro fixas. À data de reporte, nenhum dos depósitos a prazo tinha uma componente de taxa de juro variável. As taxas de juro acordadas para os depósitos a prazo em USD variaram até 2,50% a 6,80% enquanto que, para Meticais variaram entre 9,00% a 16,50%. As taxas fixas acordadas com as instituições financeiras não variam significativamente das taxas de juros variáveis prevalecentes. Para as facilidades de empréstimo a prazo, o risco da taxa de juros é gerido concordando com o menor spread fixo possível sobre as taxas básicas prevalecentes.

## Análise de Sensibilidade

	2024 USD	2023 USD
<b>Instrumentos com taxa fixa</b>		
Depósito a prazo fixo com taxas de juro variáveis	-	-
Depósito a prazo fixo com taxas de juro fixas	878 798	137 500 000
<b>Instrumentos com taxa variável</b>		
Passivos financeiros	15 928 221	-

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 857 (2023: USD zero). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.3 Risco de preço de *commodities*

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio e o lucro após impostos em USD 474 483 (2023: USD 507 662). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes. A empresa gere este risco acordando a componente fixa do preço nos acordos de venda.

## 26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração possui política de crédito e a exposição ao risco de crédito é monitorada continuamente. A exposição de crédito é limitada, pois as contas a receber da empresa são devidas apenas ao parceiro da Operação Conjunta. A Entidade estabelece uma provisão para crédito incobrável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação a contas a receber de clientes e outros devedores. As principais componentes desta provisão são perdas específicas que se referem a exposição significativa.

A Empresa considera todas as contas a receber com mais de 90 dias de atraso como categoria de maior risco. As outras contas a receber são principalmente de bancos por conta de juros. A exposição máxima a riscos de crédito é representada pelo quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração de posição financeira. A Empresa utiliza instituições financeiras com boas classificações de crédito para gerir o risco de crédito relacionado aos saldos bancários. A Empresa considera que seu caixa e equivalentes de caixa possuem baixo risco de crédito e não foram registadas perdas de crédito esperadas contra esses saldos.

### Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2024 USD	2023 USD
Clientes e outras contas a receber (Nota 14)	14 002 326	14 639 294
Bilhetes de tesouro (Nota 14)	28 490 924	25 952 427
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	172 825 454	171 988 922
Exposição líquida	<u>215 318 704</u>	<u>212 580 643</u>

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited. A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2024 USD	2023 USD
Corrente (menos de 30 dias)	<u>14 002 326</u>	<u>14 639 294</u>

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 88% (2023: 84%) do rédito da empresa e 76% (2023: 66%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2023. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A classificação e a taxa da Perda de Crédito Esperada são calculadas para cada crédito com base na experiência real de perda de crédito e tendo em vista que, para essas demonstrações financeiras, é utilizada uma presunção de baixo risco de crédito.



avaliação de eventos que possam pôr em causa a credibilidade das partes envolvidas. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos com boa classificação de crédito. A ECL sobre caixa e equivalentes de caixa é mensurada com base em exposições de vencimento de curto prazo. A Companhia acredita que seu caixa e equivalentes de caixa apresentam baixo risco de crédito com base nas classificações de crédito externas das contrapartes. A Empresa calculou a perda de crédito esperada (*expected credit loss*) para os Bilhetes de Tesouro com base na maturidade a curto prazo e probabilidade de incumprimento na moeda local dos Bilhetes de Tesouro do Governo de Moçambique.

## 26.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

	Quantia escriturada (USD)	Fluxo de Caixa Contratual (USD)	6 meses ou menos (USD)	06-12 Meses (USD)	1-2 anos (USD)	2-5 Anos (USD)
30-Jun-24						
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos (Nota 21)	( 15 228 921)	( 15 228 921)	-	( 4 346 600)	( 11 581 621)	-
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 22)	( 45 023)	( 45 023)	( 45 023)	-	-	-
Outras contas a pagar (Nota 20)	( 9 150 745)	( 9 150 745)	( 9 150 745)	-	-	-
	<u>( 24 424 689)</u>	<u>( 24 424 689)</u>	<u>( 9 195 768)</u>	<u>( 4 346 600)</u>	<u>( 11 581 621)</u>	<u>-</u>
30-Jun-23						
Passivos financeiros não derivados						
Outras contas a pagar (Nota 20)	( 8 233 619)	( 8 233 619)	( 8 233 619)	-	-	-
	<u>( 8 233 619)</u>	<u>( 8 233 619)</u>	<u>( 8 233 619)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo. Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço da dívida e outras obrigações financeiras.

## 28. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2024 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

## 29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2024.